AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 10 | OUTUBRO 2018 | R$ 15,00



NOVA LEI DOS DEFENSIVOS

IMPORTÂNCIA PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

LEITE 2019 SERÁ UM POUCO MELHOR

POLÍTICA AGRÍCOLA PROPOSTAS PARA 2019

BIODEFENSIVOS PESQUISA APONTA O PERFIL DO MERCADO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AINDA ANDAMOS PARA FRENTE

NO MOMENTO da leitura deste Editorial, os dois candidatos que irão concorrer ao segundo turno da eleição presidencial já são conhecidos. Infelizmente para o País, poucas vezes enxergamos uma divisão tão raivosa de forças. É preciso que o vencedor do segundo turno tenha postura e competência para unificar o País, cumprir estritamente a lei e recolocar a economia nos eixos. O ajuste fiscal e a reforma da previdência não podem esperar mais. Não será tarefa fácil.

Mais uma vez, o setor agropecuário é o menos incerto. Os preços poderão ter maior flutuação, mas a demanda é garantida. A inflação e os juros não devem explodir. Mais uma vez, reforçamos o cuidado ao lidar com a nova realidade de inflação: na casa dos 4%. Juros estes que, antes, eram considerados baixos (por exemplo, 12% ao ano, agora, são altíssimos). E o dólar pode até chegar ao nível de R$ 4,50, mas tende a cair durante o início do próximo ano. Portanto, todo produtor deve fazer seu planejamento levando em conta uma nova realidade.

Nesse contexto, o setor agropecuário também sofreu menos com a crise econômica brasileira nos últimos anos. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) confirmam isso: de 2014 a 2017, enquanto a economia nacional encolheu, em média, 1,38% ao ano; a agropecuária cresceu 3,75%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste momento, o cenário externo está complicado, com preços de combustíveis mais elevados, dólar valorizado e embate nas relações comerciais como entre China e Estados Unidos. Com tudo isso, neste ano, o Brasil deverá fechar novamente com um excelente balanço comercial no agronegócio, além de inflação sob controle e PIB positivo.

Ao longo desta edição da ***Agroanalysis***, os articulistas apresentam suas preocupações e observações pertinentes a um período pré-eleitoral da maior importância para o Brasil. As colocações são diversas: apontam o caso do glifosato, que teve o seu uso suspenso e, depois, liberado um mês antes do plantio da soja; discutem o longo tempo para registrar uma molécula no Brasil (três vezes maior do que em países com agricultura relevante); e citam o fato de que todos os candidatos falam bem do agro, mas o extremismo (o "nós contra eles") pode aumentar e trazer riscos para todos os setores da economia.

O destaque de capa evidencia pontos polêmicos do Projeto de Lei (PL) dos defensivos que tramita na Câmara dos Deputados. Uma questão muito importante refere-se à proposta de mudança na coordenação do processo de avaliação e aprovação de novas moléculas – que tem demorado, em média, oito anos no Brasil (há casos de onze anos de espera!). A ideia do novo PL é dar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o papel de coordenar o processo, com definição de metas, sem excluir os poderes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de negar ou aprovar o registro de uma nova molécula. Esse ponto precisa ser definitivamente entendido e esclarecido.

A morosidade do processo de aprovação de novos defensivos provoca a perda de competitividade da agricultura brasileira. Segundo simulações, perdas de 5% a 10% de produtividade nas principais culturas do agronegócio brasileiro provocariam efeitos enormes para o setor e a economia nacional, com prejuízos na margem dos produtores, nas exportações, na geração de empregos, no PIB, entre outros fatores.

No setor de laticínios, depois de sete altas consecutivas no preço do leite para o produtor (de fevereiro a agosto de 2018), a expectativa é de virada no mercado, com a maioria dos laticínios apontando para queda no preço do leite, principalmente no Sul do País, onde a produção aumentou com mais

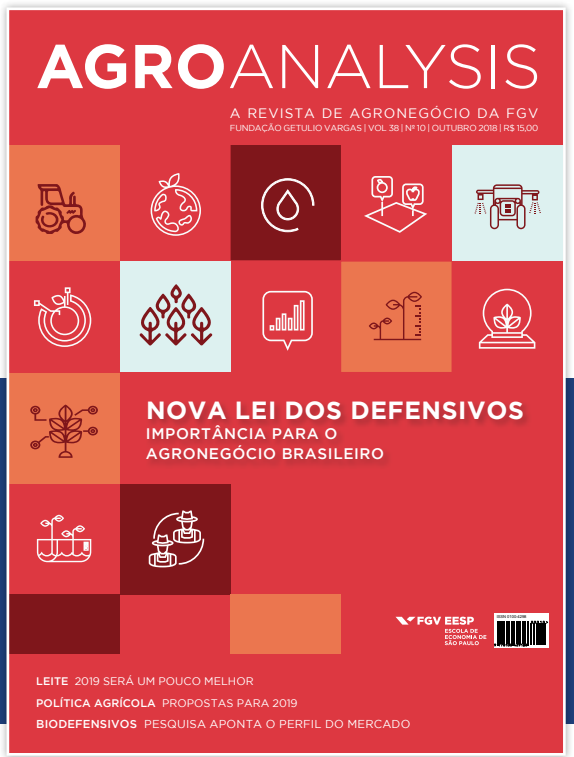
força nos últimos meses. Pensando em 2019, para o primeiro semestre, espera-se um quadro mais ajustado entre a oferta e a demanda, fator positivo para as valorizações do leite no mercado brasileiro. A expectativa é de crescimento da demanda interna, porém o consumo ainda deverá ficar em níveis anteriores à crise econômica. A maior oferta de grãos, no Brasil e entre os principais produtores internacionais, deverá pressionar para baixo o custo da alimentação. No Brasil, as cotações em reais dependerão do câmbio!

Na entrevista do mês, Juca Andrade, vice-presidente da B3 (originada da fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBOVESPA – com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip), comenta a importância do agronegócio para o mercado financeiro e fala do esforço da empresa para estimular o lançamento de títulos para financiar os produtores e rentabilizar as carteiras dos investidores. Há espaço para a difusão das melhores práticas e a criação de produtos e políticas que, por exemplo, diferenciem produtores e empresas que utilizam instrumentos de *hedge* para gestão de risco.

Pela sexta vez, a ***Agroanalysis*** traz como Caderno Especial uma matéria da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio), que representa uma área de prioridade para os órgãos federais de sanidade vegetal. A maior prova disso está no número de produtos biológicos aprovados pelo MAPA em anos recentes. Esta tendência deve continuar de forma mais intensa. A entidade apresenta a primeira pesquisa para mensuração do negócio no Brasil. O levantamento buscou, também, captar a percepção dos nossos produtores sobre o uso de produtos biológicos no processo de produção das suas culturas. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
JUCA ANDRADE
O AGRONEGÓCIO ESTÁ NO DNA DA B3

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
A ECONOMIA PÓS-ELEIÇÕES

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA LEITE
EXPECTATIVAS MELHORES PARA O MERCADO EM 2019

18 AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
DESEMPENHO RECENTE E RELAÇÃO COM O CENÁRIO EXTERNO

20 DEMANDA AQUECIDA E CÂMBIO
FATORES POSITIVOS PARA A SOJA NA SAFRA 2018/19

24 POLÍTICA AGRÍCOLA

24 CAPA DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO
PROPOSTAS PARA O SETOR

27 CAPA LEI DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
A RELEVÂNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

30 GESTÃO

30 HORTIFRÚTI
DESAFIOS PARA REDUZIR O DESPERDÍCIO

32 CONTEÚDO ESPECIAL

32 CAPA ABCBIO
MERCADO E PERCEPÇÃO DO PRODUTOR BRASILEIRO

38 ANEC
EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA

43 MICROGEO®
BENEFÍCIOS DA ADUBAÇÃO BIOLÓGICA NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

44 FAESP
ELEIÇÕES À VISTA

45 ANDEF
A SEGURANÇA QUE OS AVANÇOS CIENTÍFICOS TRAZEM PARA A AGRICULTURA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
LIMITES DOS PODERES

47 PRODUZIR
A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NO AGRONEGÓCIO

48 OPINIÃO
CIDADANIA RURAL COLOCARÁ PROPRIEDADES “NO MAPA”

49 REFLEXÃO
AS CIRCUNSTÂNCIAS

50 ESTATÍSTICA

O AGRONEGÓCIO ESTÁ NO DNA DA B3

JUCA ANDRADE

VICE-PRESIDENTE DE PRODUTOS E CLIENTES DA B3

DA REDAÇÃO

A importância do agronegócio para o mercado financeiro e o esforço para estimular o lançamento de títulos para financiar os produtores e rentabilizar as carteiras dos investidores fazem parte do conjunto de negócios da B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), formada pela combinação entre a BM&FBOVESPA e a Cetip. Nesta entrevista, Juca Andrade comenta as oportunidades de negócios oferecidas pela empresa ao setor.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A B3?

JUCA ANDRADE: O agronegócio é fundamental para a economia brasileira e está no DNA da B3. Temos raízes profundas nesse mercado desde a criação da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Após a fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip) que deu origem à companhia, o mercado do agronegócio ficou ainda maior e mais relevante para nós. Além dos mercados de derivativos listados, temos, agora, produtos de balcão e de dívida em uma única empresa, a B3.

Como o agronegócio precisa de financiamento para continuar a crescer e servir de âncora para a economia do País, os papéis do mercado de capitais e da B3 são essenciais. Com a combinação de operações, em março de 2017 criamos uma empresa com um leque ainda maior de produtos e serviços para os nossos clientes, incluindo desde o financiamento até a entrega física de *commodities*. Hoje, o agronegócio é uma única força dentro da companhia. Tratamos o setor de uma maneira holística, de modo a integrar toda a cadeia de valor na nossa oferta comercial.

NESSA RELAÇÃO COM BANCOS, *TRADINGS*, CORRETORAS E OPERADORES, EXISTE UM TABALHO PARA ASSESSORAR *PLAYERS* – EM ESPECIAL, OS AGRICULTORES – A UTI-



DIVULGAÇÃO B3

LIZAR O MECADO DE DERIVATIVOS (FUTUROS E OPÇÕES) NAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS DA B3?

JA: Sim. Temos parcerias com bancos, corretoras, agroindústrias e cooperativas agrícolas para disseminar o conhecimento na gestão de risco. Estes são os nossos multiplicadores em todo o País, principalmente junto ao produtor rural. Nossa área educacional, a B3 Educação, é utilizada na formação profissional dos nossos clientes. Acreditamos que, ao concentrarmos o nosso foco nesse público, poderemos contribuir ainda mais para o desenvolvimento do agronegócio e do Brasil. Trata-se de um trabalho que nunca termina, está em evolução constante.

De forma geral, ainda temos espaço para evoluir na difusão das melhores práticas e na diferenciação dos produtores e das empresas que adotam políticas de gestão de risco fazendo uso dos nossos instrumentos de *hedge*. Podemos ser mais criativos. Por exemplo, as políticas de concessão de créditos pública e privada poderiam premiar com condições mais competitivas os agentes que fazem gestão de risco, dado que eles contribuem para reduzir o risco na cadeia do agronegócio. Queremos estimular o debate. Por isso, temos, na B3, a Câmara Consultiva de Commodities, um espaço dedicado às discussões sobre as principais cadeias produtivas do agronegócio nacional.

A B3 TRATA O AGRONEGÓCIO DE MANEIRA HOLÍSTICA E OFERECE MERCADOS DE DERIVATIVOS LISTADOS, PRODUTOS DE BALCÃO E DE DÍVIDA EM UMA ÚNICA EMPRESA.

EXISTE UMA CONTRIBUIÇÃO DA B3 NA ORGANIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO EM TERMOS DE COMO SE FINANCIAM, GERENCIAM RISCOS E OPERAM OS MERCADOS FINANCEIROS, DE CAPITAL E DE SEGUROS?

JA: As soluções da B3 para o agronegócio contribuem para a gestão de risco nas cadeias produtivas por meio de derivativos listados e de balcão. O produtor precisa de proteção, pois o setor rural é um dos mais imprevisíveis da economia, por conta das variações climáticas, hidrológicas e ambientais. Ele procura a B3 para minimizar riscos, com efeitos em toda a cadeia de valor. Os nossos produtos estão à disposição de produtores, cooperativas, indústrias de insumos, *tradings*, indústrias de processamento, entre outros.

Possuímos contratos acessíveis a qualquer tamanho de empresa e que contemplam mercados de *commodities* como boi, café, milho, soja, açúcar e etanol. Além da proteção contra a oscilação dos preços das *commodities*, temos o futuro de dólar, contra os riscos cambiais. Estamos muito dedicados a ampliar a liquidez dos instrumentos do agronegócio. Os volumes ainda não refletem a relevância do setor na economia brasileira. O nosso programa de formadores de mercado, que está em seu terceiro ano disponível para os produtos do agronegócio, serve para garantir referências de preço aos derivativos listados e, com isso, estimular a liquidez. Já temos nove formadores de mercado nos futuros de *commodities*. E as empresas do setor podem, ainda, financiar-se por meio da emissão de títulos de crédito ou de ações.

OS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO TIVERAM, PRIMEIRAMENTE, UMA EXPANSÃO FORTE NAS LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO (LCAs) E, MAIS RECENTEMENTE, NOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO (CRAs). QUAL É A IMPORTÂNCIA DESTES INSTRUMENTOS?

JA: Estes instrumentos são interessantes para quem tem dinheiro disponível para investir e para quem precisa de recursos para crescer. Permitem às empresas financiar-se a custos mais atrativos do

> “...AINDA TEMOS ESPAÇO PARA EVOLUIR NA DIFUSÃO DAS MELHORES PRÁTICAS E NA DIFERENCIAÇÃO DOS PRODUTORES E DAS EMPRESAS QUE ADOTAM POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO...”

que os habituais empréstimos bancários. Nesses tempos de juros cada vez mais baixos na renda fixa tradicional, tais instrumentos atraem investidores interessados em aumentar a rentabilidade de suas carteiras com a diversificação. Esses títulos oferecem isenção de Imposto de Renda (IR) para pessoas físicas e, por isso, caíram no gosto dos investidores.

Num primeiro momento, o mercado ficou concentrado nas LCAs, emitidas por bancos com lastro em financiamentos vinculados à cadeia do agronegócio. Porém, a crise econômica dos últimos anos mudou um pouco esse cenário. Com a diminuição no ritmo de concessão de crédito bancário, esse lastro ficou mais escasso, as LCAs diminuíram e os CRAs ganharam espaço, alcançando uma carteira superior a R$ 30 bilhões. Os CRAs são uma opção de renda fixa com previsão de fluxo de caixa das remunerações e das amortizações dos títulos. Esta previsibilidade é muito boa para os investidores. É apenas o começo.

A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) PUBLICOU, NO COMEÇO DE AGOSTO, A INSTRUÇÃO Nº 600, QUE REGULAMENTA AS OFERTAS PÚBLICAS DOS CRAs. QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS PARA O MERCADO?

JA: A CVM fez uma consulta pública e aprimorou a regulação. As medidas são positivas e bem-vindas, pois foram construídas com o mercado. Ao regulamentar as ofertas públicas de CRAs pela primeira vez, a autarquia estabeleceu obrigações e vedações para a atuação das companhias securitizadoras. Estas poderão realizar ofertas públicas sem a contratação de instituições intermediárias até o valor de R$ 100 milhões se tiverem estrutura interna adequada.

A instrução definiu, por exemplo, os direitos creditórios que podem compor o lastro de uma emissão pública de CRA. Será permitido o uso de debêntures, desde que fique comprovada a vinculação da destinação dos recursos captados na emissão para o produtor rural. A partir do dia 31 deste mês, quando a Instrução entrar em vigor, o regime fiduciário será instituído em toda oferta pública de CRAs, com a constituição de patrimônio separado e auditoria das demonstrações financeiras. Tais títulos poderão ser adquiridos por investidores de varejo, e haverá critérios adicionais para a proteção destes investidores. Esperamos que o volume de emissões desses papéis aumente, uma vez que esse arcabouço regulatório poderá ajudar a reduzir a percepção de risco e resultar numa elevação da demanda.

O RENOVABIO É UM MECANISMO ENGENHOSO DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL DE DESCARBONIZAÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS. COMO A B3 PODE CONTRIBUIR NA SUA IMPLEMENTAÇÃO?

JA: Em 2015, ao assinar o Acordo de Paris, o Brasil assumiu um compromisso bastante expressivo de redução de emissões: 37% até 2025. Isso vai exigir um grande esforço da sociedade, uma mudança de postura das empresas e dos cidadãos em geral. Não podemos mais ser lenientes com a sustentabilidade do Planeta; temos de fazer a nossa parte para reduzir os efeitos que levam ao aquecimento global. O programa RenovaBio surge dentro desse contexto e tem por objetivo criar o primeiro mecanismo nacional de práticas de mitigação, por meio dos Créditos de Descarbonização de Biocombustíveis (CBios).

Os títulos serão transacionáveis de energia renovável e permitirão a redução de emissões de

gases do efeito estufa a partir de 2019. Estamos atentos às possibilidades desse novo mercado. Juntamente à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e à Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a B3 estuda as oportunidades associadas ao programa de emissão dos CBios. Aguardamos as condições legais e regulatórias para estimular o lançamento e a negociação destes papéis.

A B3 POSSUI PAPEL IMPORTANTE NA FORMAÇÃO DE OPINIÃO MEDIANTE A REALIZAÇÃO DE PARCERIAS COM ENTIDADES DO AGRONEGÓCIO?

JA: O Brasil precisa de debate e, principalmente, de diálogo. As empresas têm o seu papel a cumprir, e a B3, nesse sentido, acredita nas parcerias com as entidades do agronegócio para contribuir com o desenvolvimento da economia brasileira. Não podemos ser vozes isoladas em mercados que precisam de ação conjunta. Temos trabalhado firmemente nesse propósito e mantemos parcerias relevantes junto a Ministérios, empresas e associações, como a ANBIMA e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entre outras. Estas parcerias ajudam-nos a falar com toda a cadeia do agronegócio e os seus mais diversos participantes, dando voz a quem produz, trabalha ou faz negócios no campo, e permitem o diálogo com as autoridades. Também nos ajudam a estar cada vez mais próximos dos nossos clientes, antecipando tendências e revelando oportunidades. ■

> “ESTAMOS MUITO DEDICADOS A AMPLIAR A LIQUIDEZ DOS INSTRUMENTOS DO AGRONEGÓCIO. OS VOLUMES AINDA NÃO REFLETEM A RELEVÂNCIA DO SETOR NA ECONOMIA BRASILEIRA.”



DIVULGAÇÃO B3

"Essa imprevisibilidade das regras do jogo pode trazer uma paralisação comercial e interferir nos investimentos globais. Isso seria muito prejudicial."

MAURO ALBERTON, diretor de Marketing da Bayer CropScience

"Princípio básico nas relações comerciais entre as nações, o sucesso das negociações multilaterais traz previsibilidade para todos."

EDWINI KESSIE, diretor de Agricultura e Commodities da Organização Mundial do Comércio (OMC)

"Inevitável no mundo das regras comerciais, o multilateralismo sempre foi de muito difícil avanço nas questões agrícolas."

ALEXANDRE PAROLA, delegado permanente do Brasil na OMC

"Em termos de sustentabilidade, como é uma referência, o Brasil não precisa receber lição de nenhum país. A produção agrícola brasileira preserva mais de 60% da cobertura vegetal original do País."

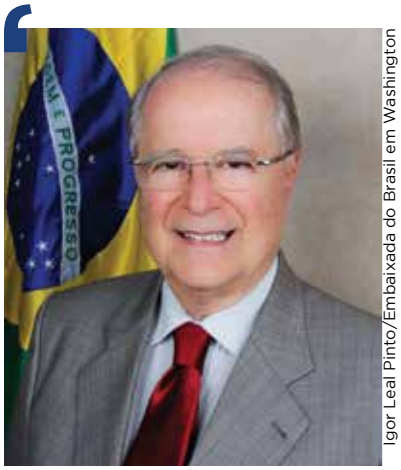
ALOYSIO NUNES, ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

"A China importa 70% do mercado mundial de soja, com potencial para consumir toda a nossa produção. Isso pode criar problema para a indústria nacional de carne."

PAULO SOUSA, diretor da Cargill

"Na China, há um grande potencial para expansão do consumo de proteína, mas que está em risco de ficar comprometido pela guerra comercial com os Estados Unidos."

NELSON FERREIRA, sócio da McKinsey



Igor Leal Pinto/Embaixada do Brasil em Washington

"**No curto prazo, será necessário manter e ampliar a produtividade. No médio prazo, o setor vai necessitar dar um salto em termos de internacionalização, exportando não apenas alimentos, mas também tecnologia e serviços.**"

SERGIO DO AMARAL, embaixador brasileiro em Washington, nos Estados Unidos

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES.**

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

A ECONOMIA PÓS-ELEIÇÕES

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O SEGUNDO semestre de 2018 foi marcado amplamente pelo processo eleitoral, que colocou em segundo plano o ambiente econômico atual. Lamentavelmente, o debate criado em torno desse processo furtou-se, quase inteiramente, das propostas e das alternativas econômicas para os próximos anos.

Esse é um quadro relativamente assustador, pois, diferentemente das últimas quatro eleições, o próximo presidente herdará uma economia que vivencia profundos desajustes macroeconômicos.

Sem sombra de dúvida, a maior urgência em termos de necessidade de ajuste recai sobre o campo fiscal. A aceleração dos gastos públicos promovida entre 2006 e 2014 levou a União a um estado de profundo desequilíbrio das suas contas.

Nesse sentido, o Brasil chegou a apresentar superávits primários superiores a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) no início da década passada. Estes resultados foram construídos, basicamente, por meio do aumento da carga tributária, que saltou para mais de 35% do PIB. De qualquer forma, a dimensão desses resultados, considerando uma dívida pública naquele período bem menor do que a atual, criou tempo para que se promovesse um ajuste efetivo pelo lado dos gastos públicos na década passada (o que não foi feito).

Os fundamentos macroeconômicos permaneceram inalterados durante o primeiro mandato do presidente Lula, que manteve as contas públicas ajustadas e a inflação sob controle em um contexto de regime cambial flutuante.

No entanto, esse quadro foi paulatinamente sendo alterado a partir de 2005/2006. Os gastos públicos passaram a crescer de forma acelerada, erodindo de forma gradual o resultado das contas do governo federal. Ao mesmo tempo, o Banco Central (BCB) passou a tolerar patamares inflacionários relativamente mais elevados, abandonando o seu compromisso de praticar uma política monetária orientada para atingir o centro de meta da inflação.

Esse quadro foi complementado, naquele período, por crescentes estímulos à demanda agregada via crédito, o que proporcionou um aumento do consumo das famílias centrado, predominantemente, na aquisição de bens duráveis.

Esse conjunto de ações só foi possível em face do aumento dos preços internacionais de *commodities* a partir de 2005 e da crise financeira dos EUA, que levou o banco central norte-americano a baixar a taxa de juros a zero. O influxo de dólares no País a partir do efeito conjugado desses fenômenos levou a uma expressiva apreciação do real frente às demais moedas. Este fato contribuiu para conter a evolução dos preços no Brasil, o que permitiu ao BCB praticar taxas de juros relativamente mais baixas.

Essa linha de conduta foi mantida e agravada durante o governo Dilma. Essa lógica foi sintetizada na finada "Nova Matriz Econômica", que expressava as orientações de política econômica durante o primeiro mandato da presidente. De acordo com a "Nova Matriz", os resultados fiscais deveriam ser menos expressivos (ou seja, maior espaço para aumentar gastos), as taxas de juros deveriam situar-se em patamares mais baixos (isto é, maior tolerância a uma inflação mais elevada) e a taxa de câmbio deveria situar-se em um patamar que tornasse a economia mais competitiva (o que contribuiu para acelerar a inflação).

Essa estratégia torpe foi coroada pela continuidade dos estímulos ao crédito, cujo foco passou a ser o setor imobiliário.

Os desajustes cobraram seu preço em 2015, e, desde então, o Brasil convive com um quadro recessivo (erroneamente chamado de crise), fruto de excessos de estímulo ao crédito que levaram a um patamar insustentável do endividamento das famílias. Além disso, o quadro fiscal apresenta-se profundamente desajustado, com um expressivo déficit da União.

O próximo presidente herdará uma economia que marcha em ritmo lento, dado o contexto de desalavancagem das famílias (que reduziram seu consumo nesse processo). Ao mesmo tempo, terá que lidar imediatamente com a indigesta questão fiscal, cujo foco inicial deverá ser a reforma previdenciária.

Essa herança contempla, ainda, uma economia que vivenciou um período de baixos níveis de investimento produtivo e em infraestrutura (em outras palavras, uma economia despreparada para crescer de forma sustentável).

Em síntese, o próximo presidente terá pela frente desafios que não são pequenos e que demandarão enormes esforços nos campos político e econômico. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CRESCEM AS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS DOS ESTADOS UNIDOS

Um relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla inglês) aponta um pequeno aumento na projeção de receita com as exportações agropecuárias de 2019 em comparação à de 2018. As divisas geradas com trigo e hortifrútis explicam este aumento. A previsão leva em conta uma queda nas exportações para a China de 37%, em função da taxação da soja americana em 25% como resposta às onerações impostas pelo governo do presidente Trump.

ESTADOS UNIDOS: PROJEÇÕES NAS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS* (MILHÕES DE TONELADAS)

PRODUTOS	2018	2019	Variação %
Trigo	5,7	7,1	24,6
Arroz	1,7	1,8	5,9
Milho	11,2	11,2	0
Soja (grão)	21,8	21,0	-3,7
Algodão	6,9	6,9	0
Carne e leite	30,6	30,6	0
Hortifrútis	34,9	35,3	1,1
Outros	31,2	30,9	-1,0
TOTAL	**144,0**	**144,8**	**0,6**

* Ano fiscal: outubro a setembro
Fonte: USDA

EXPORTAÇÃO DE ANIMAIS VIVOS

A Instrução Normativa nº 46 atualiza procedimentos técnicos, sanitários e operacionais da exportação de bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos vivos para abate (imediato ou engorda) ou reprodução. Os procedimentos previstos estão de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Os locais privados com habilitação para isolamento dos animais antes do transporte para o exterior, chamados Estabelecimentos de Pré-Embarque (EPEs), devem seguir parâmetros de densidade. São 42 EPEs credenciados pelo MAPA: Pará (19), São Paulo (13), Rio Grande do Sul (5), Minas Gerais (4) e Santa Catarina (1). A renovação da habilitação é quinquenal.

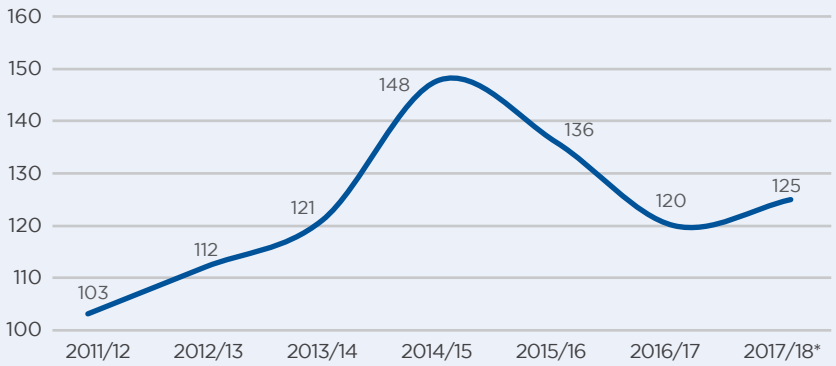
FARM BILL 2018-2023

O Congresso dos Estados Unidos está analisando a Farm Bill 2018-2023. O ambiente está tenso. De um lado, os agricultores mostram preocupações com as decisões da administração Trump quanto ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês) e às sanções comerciais à China, o que poderá afetar as exportações. De outro lado, há a proposta de cortar 15% dos gastos no Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP, também em inglês), que beneficia 41 milhões pessoas, causando o descontentamento dos eleitores.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS

O movimento de queda no endividamento das usinas de cana-de-açúcar durante o triênio 2014-2015-2016 deve ser revertido nesta safra 2017/18. As exportações de açúcar estão sendo fixadas com menores valores e certo atraso. A preferência vai no sentido de aumentar a produção de etanol, embora a comercialização do biocombustível não esteja compensando as perdas no açúcar. A situação fica mais crítica para as companhias com dívidas em dólar. O mercado acompanha a conjuntura com uma nova onda de recuperações judiciais, principalmente nos grupos menores, mais carentes de capitalização.

ENDIVIDAMENTO DAS USINAS
(R$/TONELADA DE CANA)



* Projeção
Fonte: Rabobank

EMBARGO EUROPEU DO PESCADO BRASILEIRO

Após realizar uma missão veterinária, a União Europeia suspendeu a certificação sanitária internacional para pescado e produtos de pesca dos estabelecimentos nacionais a partir de 3 de janeiro de 2018. Os embarques anuais brasileiros giram em torno de US$ 60 milhões. O embargo envolve tanto os peixes de captura, como os de confinamento (aquicultura). Os problemas citados pelo bloco referem-se à rastreabilidade do produto, fora do padrão internacional. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA), existem 3 mil barcos de pesca no País.

CAI SUSPENSÃO DO GLIFOSATO

Atendendo um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) derrubou a liminar da suspensão do glifosato. O herbicida é utilizado para dessecar (secar e "deitar") a palhada da cultura anterior semeada no mesmo espaço em que se faz o plantio direto da soja (o início do plantio dá-se em meados de setembro). A AGU citou, entre os argumentos do seu pedido: "graves impactos na balança comercial brasileira, com risco de desabastecimento interno e quebra da produtividade e da competitividade no mercado externo".

LEITE

EXPECTATIVAS MELHORES PARA O MERCADO EM 2019

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

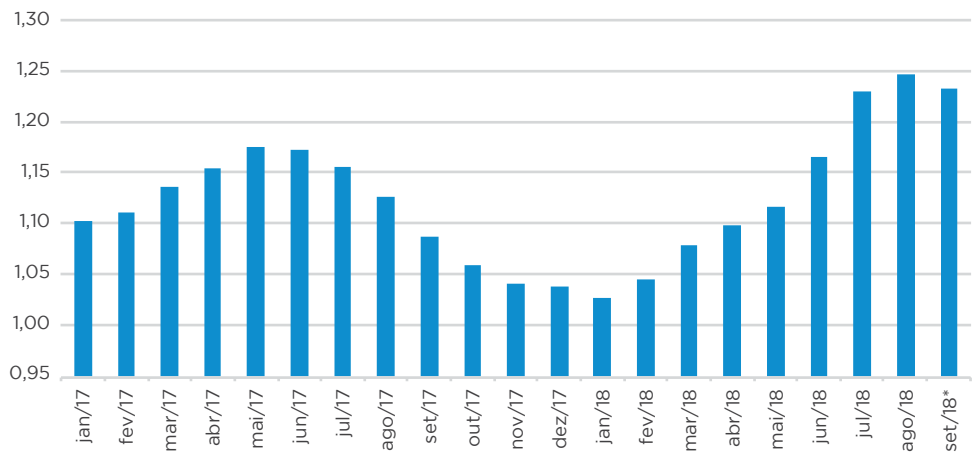
JULIANA CRISTINA PILA
Zootecnista da Scot Consultoria

PARA O primeiro semestre de 2019, espera-se um quadro mais ajustado entre a oferta e a demanda de leite, fator positivo para as valorizações no mercado brasileiro. A expectativa é de crescimento da demanda interna, porém o consumo ainda deverá ficar em níveis anteriores à crise econômica.

Outro ponto positivo para as margens da atividade relaciona-se aos custos com alimentação concentrada no ano que vem. A maior oferta no Brasil, e dos principais produtores internacionais, deverá pressionar para baixo, por exemplo, os preços da soja em grão e do farelo no mercado internacional (já vem pressionando). No Brasil, as cotações em reais dependerão do câmbio!

No caso do milho, espera-se um cenário de preços mais calmos, diferentemente do que houve em 2018. A pressão de baixa deverá ser maior no final do segundo trimestre de 2019, quando a colheita da segunda safra (2018/19) ganhará força no País.

PREÇO DO LEITE PAGO AO PRODUTOR (MÉDIA NACIONAL PONDERADA) SEM O FRETE
(R$ POR LITRO)



* Estimativa
Fonte: Scot Consultoria

Para o produtor, a sugestão é de planejamento, principalmente com relação à compra dos itens que compõem os custos de produção da atividade, para fugir dos riscos, em especial considerando as incertezas político-econômicas em ano de eleições no País.

CONJUNTURA ATUAL

A retomada da produção no País a partir de 2017, somada à fraca demanda interna consequente à crise econômica, dificultou a evolução dos preços do leite e de derivados neste ano, mesmo durante o período de entressafra.

A alta no preço pago ao produtor até maio (mês de entressafra) ficou aquém do previsto pelos agentes do mercado, em função do consumo ruim. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, considerando a média nacional, houve alta de 8,6% no preço do leite pago ao produtor nos primeiros cinco meses de 2018 (janeiro a maio).

Com a greve dos caminhoneiros no final de maio e no começo de junho, a captação de leite foi prejudicada. Essa menor disponibilidade de matéria-prima e a maior concorrência entre os laticínios fizeram o preço do leite subir 11,7% no acumulado dos três pagamentos seguintes, atingindo R$ 1,25 por litro em agosto.

Para o produtor, apesar da valorização média do leite de 21,3% no acumulado de janeiro a agosto (em algumas regiões, a alta superou os 40%), as margens da atividade (resultados econômicos) ficaram pressionadas, principalmente para quem não se planejou com relação às compras dos insumos.

Segundo o Índice Scot Consultoria de Custos de Produção da Pecuária Leiteira, os custos da atividade subiram, em média, 3,1% em 2018, puxados pela alta do milho (aumento de 60,5% na comparação entre setembro de 2018 e setembro de 2017) e do farelo de soja (aumento de 32,4% na comparação entre setembro de 2018 e setembro de 2017).

EXPECTATIVA PARA O FINAL DE 2018

Depois de sete altas consecutivas no preço do leite para o produtor (de fevereiro a agosto), a expectativa é de virada no mercado, com a maioria dos laticínios apontando para queda no preço do leite, principalmente no Sul do País, onde a produção aumentou com mais força nos últimos meses.

No Sudeste e no Centro-Oeste, a produção de leite cresceu em julho e agosto – com as altas de preços, os produtores investiram um pouco mais na alimentação das vacas –, mas os patamares ainda estão baixos nesse início de recuperação da produção. No curto prazo, a tendência é de manutenção ou ligeira queda nos preços aos produtores nestas regiões.

O movimento de baixa ganha força em todo o País a partir de outubro, com a safra e a produção crescentes até dezembro de 2018 e janeiro de 2019 (pico de produção). A intensidade das quedas dependerá do comportamento das chuvas e de reflexos na produção.

Com relação ao clima, para o trimestre (setembro-outubro-novembro), a previsão é de que, nos estados da região Sul, o volume das chuvas fique acima da média histórica, o que deverá favorecer as pastagens e a produção de leite.

Em algumas áreas a sul e a oeste de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Mato Grosso, o cenário de chuvas deverá ser acima da média também.

Já nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e na maior parte da região Sudeste, incluindo importantes bacias leiteiras como o norte de São Paulo, o sul de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro e o sul de Goiás, o volume de chuvas deverá ficar abaixo da normal climatológica, com déficit de 50 a 200 milímetros dependendo da região.

Com isso, a retomada da produção de leite na região Sudeste e no Brasil Central poderá ocorrer em um ritmo mais lento neste ano, considerando as previsões de clima menos favorável no início do período chuvoso.

Para o mercado, esse fato poderá significar uma maior sustentação ou limitar as quedas dos preços do leite ao produtor durante os próximos meses, de retomada das chuvas. De qualquer forma, a expectativa é de queda nos preços do leite ao produtor e demais elos a partir de setembro/outubro. É o peso da safra. ■

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

DESEMPENHO RECENTE E RELAÇÃO COM O CENÁRIO EXTERNO

VANCLEI ZANIN
Economista do Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG) – vancleizanin@gmail.com

HAROLDO J. T. DA SILVA
Gestor de Projetos do Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege) na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) – haroldo@pecege.com

HÁ UMA percepção generalizada de que a agropecuária sofreu menos com a crise econômica brasileira nos últimos anos. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) corroboram essa assertiva. De 2014 a 2017, enquanto a economia nacional encolheu, em média, 1,38% ao ano, a agropecuária cresceu 3,75%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018.

Quando se analisa o conceito mais amplo de agronegócio, a situação ainda se mantém positiva. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP), nesse mesmo período, o PIB do agronegócio cresceu, em média, 0,90% ao ano.

Essas taxas indicam como o setor primário propriamente dito conseguiu manter-se competitivo apesar das vicissitudes a que esteve exposto. Diversos fatores explicam esse dinamismo. São os casos da maior inserção do País no mercado internacional de produtos agrícolas, do desenvolvimento de pacotes tecnológicos adaptados às diversas regiões produtivas, do aumento do uso de capital na atividade e da maior escolaridade do trabalhador rural, entre outros.

Nesse cenário, as cadeias produtivas mais ligadas ao mercado externo, como as de soja, cana-de-açúcar, café e proteínas animais, tendem a se beneficiar de maneira mais ampla, apesar de serem afetadas por variáveis exógenas fora de controle.

De janeiro de 2016 a maio de 2018, o índice de preço das *commodities* energéticas (eletricidade, gás, carvão e petróleo) passou de 40,50 para 92,03, enquanto o índice de preço das *commodities* agrícolas (milho, soja, trigo, cacau, café, açúcar, suco de laranja e algodão) foi de 82,01 para 92,03. Esse recente aumento no preço das *commodities* energéticas, em especial do petróleo no mercado internacional, reflete-se na estrutura de custos de produção da agropecuária no mercado doméstico.

De outra parte, dados do Banco Mundial mostram o impacto negativo causado pela valorização da moeda norte-americana sobre os preços internacionais das *commodities* agrícolas. Normalmente, os preços das *commodities* sofrem pressão de baixa quando o dólar se fortalece. Esse movimento espelha o aumento no poder de compra do dólar contra os outros ativos, como as *commodities*, precificadas na moeda norte-americana.

Nota-se que a taxa de câmbio real efetiva norte-americana ficou praticamente estável entre 2001 e 2015. Depois disso, entrou em processo de valorização, com uma valorização real de 13,66% em relação ao nível de 2010. Esse comportamento

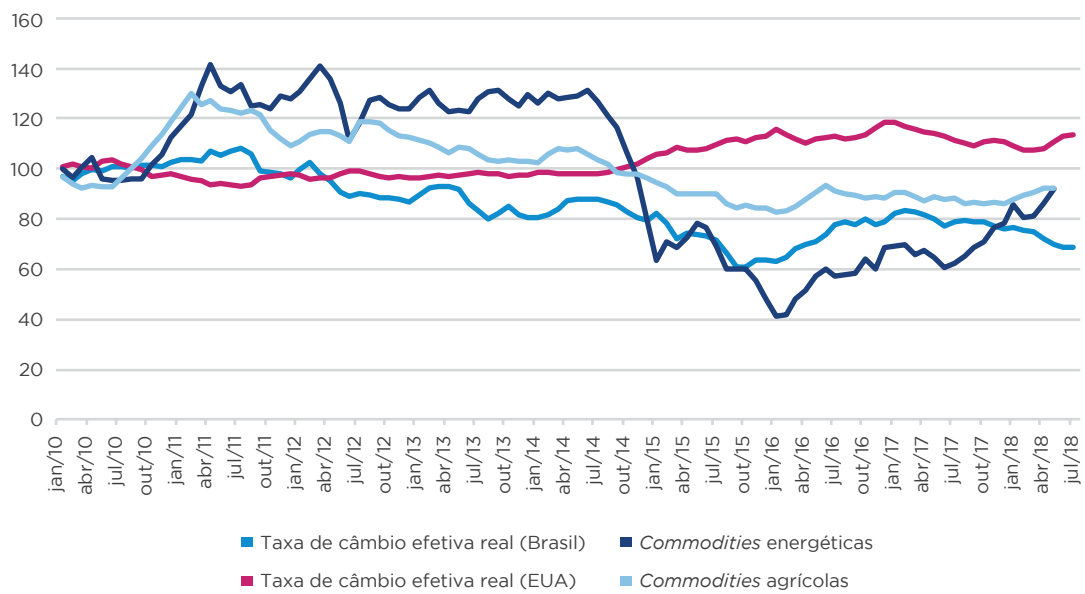
está relacionado ao aumento da taxa de juros e ao fluxo de capitais para os Estados Unidos.

A guerra comercial entre a China e os Estados Unidos também merece ser considerada. A imposição de barreiras tarifárias pelos EUA aos produtos oriundos da China, bem como a retaliação desta sobre a soja norte-americana, aumenta a volatilidade do mercado. A valorização do dólar em relação às outras moedas e os efeitos deletérios desse conflito, atualmente, pressionam negativamente as cotações da soja.

Essas variáveis interferem na economia e nos preços internos dos produtos agrícolas. A desvalorização do real frente ao dólar, o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional e a greve dos caminhoneiros restringiram a continuidade da redução da taxa básica de juros (Selic). Já a guerra comercial entre os EUA e a China também força para baixo os preços internacionais de produtos agrícolas como a soja. Isso diminui os benefícios que os produtores poderiam obter de uma taxa de câmbio mais favorável às exportações.

Esses exemplos ilustram que fatores exógenos afetam a economia brasileira e, em especial, as cadeias produtivas conectadas com os mercados externos. A maneira como lidamos com esses processos pode atenuar ou aumentar os seus efeitos. No caso da greve dos caminhoneiros, o tabelamento de preços acaba por penalizar toda a economia e o setor do agronegócio em particular. Esse cenário externo com preços de combustíveis mais elevados, dólar valorizado e maior embate nas relações comerciais representa um desafio para os tomadores de decisão. Tanto a economia doméstica como o agronegócio (apesar do seu melhor desempenho) não estão imunes a efeitos perversos causados pelos choques. ■

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇO DAS *COMMODITIES* AGRÍCOLAS E ENERGÉTICAS E DAS TAXAS DE CÂMBIO EFETIVAS REAIS DO BRASIL (R$) E DOS ESTADOS UNIDOS (US$)



Nota: dados mensais de janeiro de 2010 a maio de 2018 para os índices de preços (2010 = 100) e dados mensais de janeiro de 2010 a julho de 2018 para o índice das taxas de câmbio efetivas reais (2010 = 100)
Fonte: Banco Mundial

DEMANDA AQUECIDA E CÂMBIO

FATORES POSITIVOS PARA A SOJA NA SAFRA 2018/19

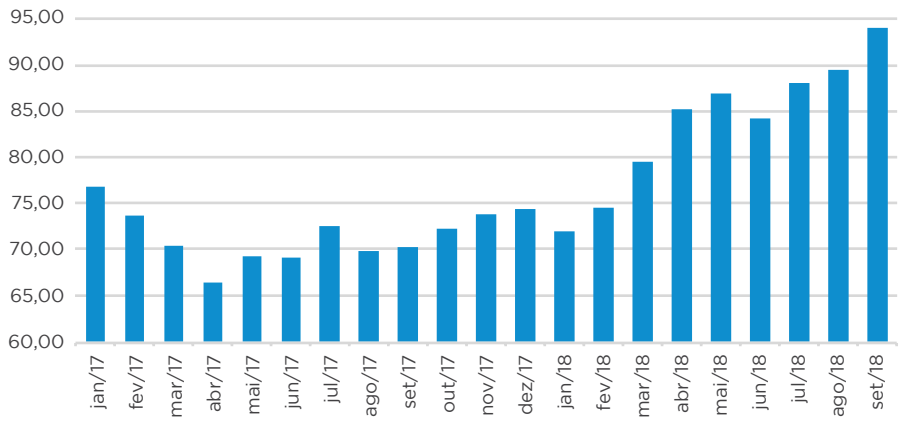
RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

DEVIDO À expectativa de redução da produtividade da soja e aumento dos custos de produção provocado pelo câmbio, o lucro, na atual safra 2018/19, deverá ser inferior ao da safra passada.

Os preços da soja grão tiveram forte alta ao longo deste ano, inclusive durante a colheita. A maior demanda pelo grão brasileiro, com a quebra de produção na Argentina e a briga comercial entre a China e os Estados Unidos, favoreceu os embarques nacionais. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma exportação de 74,00 milhões de toneladas para 2018, frente ao recorde até então de 68,15 milhões de toneladas embarcadas em 2017. Além da demanda aquecida, o câmbio valorizado puxou para cima as cotações em reais, chegando a valores próximos de R$ 94,00 por saca de 60 quilos em Paranaguá, no Paraná.

No curto e no médio prazos, o dólar valorizado continuará atuando como fator de sustentação das cotações no mercado brasileiro. Além disso, a demanda firme, os estoques internos reduzidos e a entressafra nos Estados Unidos deverão colaborar com esse cenário. Os estoques internos estão estimados em 3,86 milhões de toneladas ao final de 2018, 26,6% menores em relação ao volume no final do ano passado, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

PARANAGUÁ-PR: PREÇOS DA SOJA GRÃO
(R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

Para o vendedor, neste semestre, poderão aparecer oportunidades de travar o preço ou negociar antecipadamente a produção 2018/19. No mercado internacional, o quadro está um pouco diferente. As cotações estão frouxas diante da expectativa de uma safra recorde nos Estados Unidos em 2018/19. A colheita começará em outubro/novembro.

No relatório de agosto, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) estimou a safra norte-americana em 124,81 milhões de toneladas, frente aos 117,30 milhões de toneladas estimados em julho – um salto de 6,4%. O recorde até então foi registrado na temporada passada, quando foram colhidos 119,52 milhões de toneladas. Por fim, outro ponto de atenção é com relação a uma possível retomada da conversa entre os Estados Unidos e a China quanto às tarifações, o que poderia mexer com o cenário do lado da demanda.

RESULTADOS ECONÔMICOS

No Brasil, a alta nos preços da soja favoreceu o resultado da atividade na temporada 2017/18. Considerando a região de Rondonópolis-MT, o preço médio de venda do grão entre junho de 2017 e julho de 2018 foi de R$ 66,16 por saca de 60 quilos, segundo um levantamento da Scot Consultoria. Nesse cenário, o lucro por hectare (ha) foi de R$ 155,10. Foram consideradas as estimativas do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para os custos de produção (R$ 3.634,54/ha) e a produtividade média (57,28 sacas/ha) na temporada em questão.

Alterando o preço de venda para os valores máximos que a soja atingiu na região neste ano – ao redor de R$ 77,00 por saca –, o lucro estimado sobe para R$ 776,02/ha.

Para 2018/19, a expectativa é de uma redução de 1,8% na produtividade média no estado, em função da previsão de um clima menos favorável especialmente no Centro-Oeste. Com relação aos custos de produção, o câmbio impactou negativamente os preços dos insumos. O aumento médio estimado em 2018/19 é de 5,4% em relação à safra que está se encerrando.

Do lado dos preços de venda para a temporada 2018/19, os contratos futuros de soja na B3 (antiga BM&F) apontam para uma saca próxima de US$ 20,00 para o primeiro trimestre de 2019 em Paranaguá-PR. Considerando um câmbio entre R$ 3,90 e R$ 4,00, falamos de uma saca entre R$ 78,00 e R$ 80,00.

Levando em conta o diferencial de preços médios ocorridos nos últimos três anos, de -13,0%, nas cotações de Rondonópolis-MT em relação às de Paranaguá-PR, a expectativa é de uma saca entre R$ 65,00 e R$ 70,00 em Rondonópolis no primeiro trimestre de 2019. Nesse caso, o lucro estimado é de R$ 80,49/ha. Além do aumento dos custos de produção, a menor produtividade deverá prejudicar os resultados (frente à safra 2017/18) ao se considerar a venda no primeiro trimestre de 2019. ■

RONDONÓPOLIS-MT: ESTIMATIVAS DE RESULTADOS ECONÔMICOS COM A PRODUÇÃO DE SOJA

ITENS	2017/18		2018/19*
	(preço médio)	(preço máximo)	
Custos operacionais de produção (R$/ha)	3.634,54	3.634,54	3.830,87
Produtividades médias (sacas/ha)	57,28	57,28	56,23
Preços de venda (R$/saca)	66,16	77,00	69,56
Receitas (R$/ha)	3.789,64	4.410,56	3.911,36
Lucros (R$/ha)	**155,10**	**776,02**	**80,49**

* Estimativa
Fonte: IMEA; Scot Consultoria

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA

DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

PROPOSTAS PARA O SETOR

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

NOS ÚLTIMOS cinquenta anos, o Brasil transformou-se numa potência global na produção de alimentos e energia de biomassa a partir da sua produção agropecuária. Atingiu este patamar de produção com padrões de sustentabilidade e controle sanitário avançados e reconhecidos internacionalmente. O País destaca-se como o primeiro ou se encontra entre os primeiros produtores e exportadores de vários produtos agropecuários. No entanto, ainda há enormes deficiências a serem corrigidas.

A precária infraestrutura de armazenamento e transporte tem elevado o custo do produto brasileiro de forma injustificada, onerando preços ao consumidor e reduzindo a competitividade internacional. Os custos elevados de transporte e as perdas geradas por uma infraestrutura debilitada (na forma de estradas mal ou não pavimentadas), por uma malha ferroviária insuficiente em extensão e qualidade e pela falta de capacidade de armazenagem têm inflado o custo de produção, diminuindo a renda de toda a cadeia produtiva e limitando a capacidade do agricultor de aplicar práticas mais avançadas no campo.

O segundo maior fator que tem afetado o setor agropecuário constitui-se no protecionismo e em outras práticas distorcivas de comércio, como subsídios à produção local e à exportação. É preciso manter a vigilância e o combate permanente a práticas distorcivas por meio dos instrumentos disponíveis na Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, o Brasil tem sido muito tímido em negociações de livre-comércio, o que tem reduzido a sua participação nos fluxos de comércio, apesar da sua pujança e da sua reconhecida capacidade produtiva.

Até meados da década de 1970, o Brasil era importador líquido de alimentos, trazendo do exterior metade da carne consumida, além de um volume considerável de leite e cereais. Por meio do desenvolvimento tecnológico que levou à criação da agricultura tropical, foi possível aumentar a área cultivada e a produção de alimentos para o uso interno e a exportação. Isso está sendo feito de forma sustentável.

Mas, para continuar avançando, é preciso reconhecer (i) que os dois principais problemas afetando o setor agropecuário são a deficiente infraestrutura e a necessidade de uma postura mais agressiva em negociações internacionais e (ii) que o setor público não tem capacidade de realizar os investimentos necessários para suprir as necessidades de infraestrutura. A abertura ao capital estrangeiro na área de infraestrutura pode ser autorizada em troca da liberação de mercados para o setor agropecuário.

O Governo deve criar modelos de contratação que estimulem esses investimentos, garantindo estabilidade de regras e dando segurança jurídica aos investidores. Deve, especificamente:

- estimular investimentos privados em infraestrutura, garantindo estabilidade de regras e segurança jurídica;
- promover iniciativas que levem a uma maior integração e ao livre-comércio de produtos agropecuários, por meio de uma agenda agressiva de negociações internacionais. Negociar a abertura de mercados agropecuários em troca de acesso do capital estrangeiro a investimentos em infraestrutura;
- criar instrumentos que valorizem a produção e a comercialização de produtos agropecuários de forma sustentável;
- criar condições para que seja economicamente valorizada a preservação de recursos

naturais, como as florestas naturais, a água e a biodiversidade;

- obedecidos os zoneamentos agroecológicos da cana e da palma e a moratória da soja, eliminar medidas e regras que impliquem interferência do Estado na decisão do produtor sobre o que e onde produzir – o produtor e o mercado são capazes de determinar, mais do que ninguém, o que é melhor produzir e onde fazê-lo;

- fortalecer a segurança jurídica dos servidores públicos, contribuindo para a celeridade das decisões;

- aprimorar e simplificar os processos de licenciamento ambiental;

- promover medidas que levem à integração crescente da agricultura familiar e da agricultura empresarial;

- utilizar ferramentas modernas de controle para combater o desmatamento em desconformidade com a legislação e a regulamentação existentes;

- fortalecer os mecanismos de controle sanitário, com integração crescente entre os órgãos de fiscalização e monitoramento e as empresas envolvidas com o processamento agroindustrial;

- promover e estimular a transparência nas ações de controle, com responsabilidade e sem espetacularização destas ações, garantindo a preservação e a obediência aos regulamentos e visando à preservação do interesse recíproco e a uma maior integração entre produtor e consumidor;

- criar condições para a ampliação do seguro rural como instrumento de proteção da renda do produtor e mitigação dos riscos climáticos;

- assegurar recursos para o financiamento da safra em condições de equidade e a juros adequados à atividade;

- estimular a integração virtuosa da agricultura energética e da agricultura alimentar, com o objetivo de capitalizar esta e atender a demanda crescente por bioenergia e biocombustíveis, contribuindo, desta maneira, para o atingimento da meta de limitar o aquecimento global a 2 °C até 2050;

- orientar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a desenvolver estudos e pesquisas em temas estratégicos para a competitividade e a sustentabilidade da agricultura e da pecuária nacionais no longo prazo; e

- criar incentivos para o fomento à pesquisa, tanto na Embrapa, como em outras instituições criteriosamente selecionadas. ■

SHUTTERSTOCK



morya.

sicredi.com.br



Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC Sicredi: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

LEI DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

A RELEVÂNCIA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS ANA LAURA MENEGATTI
FRANCISCO QUEIROZ JOSÉ CARLOS HAUSKNECHT
RENATA MARCONATO

Consultores da MB Agro

O BRASIL se tornou uma potência agrícola e o país com o maior saldo exportador de produtos agrícolas do mundo. Isso se deveu aos enormes avanços tecnológicos obtidos pelo setor nas últimas décadas. Diferentemente das outras potências agrícolas mundiais, possuímos um clima tropical, com desafios técnicos muito diferentes dos das outras regiões tradicionais em agricultura, o que fez com que tivéssemos de criar tecnologias adequadas a essa condição.

O setor agrícola conseguiu aumentar significativamente a sua produção com um incremento relativamente pequeno da área plantada. O aumento da oferta de produtos reduziu substancialmente o custo da alimentação. O setor agrícola é, também, o

SHUTTERSTOCK



principal responsável pelo saldo positivo da balança comercial do País. São benefícios relevantes para a sociedade brasileira.

Os defensivos agrícolas são parte importante do pacote tecnológico adotado pelos agricultores brasileiros, especialmente porque o nosso clima favorece o desenvolvimento de pragas e doenças. Com a tecnologia disponível hoje, é indispensável a utilização de defensivos para conseguirmos atingir níveis de produtividade elevados e podermos competir globalmente na produção de alimentos. Não adianta termos avanços na Genética e na utilização de fertilizantes e corretivos sem o bom controle de pragas e doenças, pois este é indispensável para que as plantas possam expressar todo seu potencial produtivo.

O desenvolvimento de novos produtos é fundamental para que consigamos manter essa liderança, uma vez que as pragas e as doenças, especialmente no nosso clima, desenvolvem resistência aos produtos utilizados e novas moléculas precisam ser introduzidas para manter baixo o nível de danos às diversas culturas. Além disso, os novos defensivos têm uma maior eficiência, reduzindo o impacto ambiental de sua utilização.

A título de exemplo da evolução tecnológica dos defensivos agrícolas, os resultados de 39 ensaios para analisar a eficiência dos produtos utilizados no controle da ferrugem asiática na soja – realizados por diversas instituições de pesquisa e compilados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – mostram que os produtos que utilizam moléculas novas em suas formulações tiveram um desempenho médio 16% maior do que o daqueles com apenas moléculas antigas.

No intuito de aprimorar o sistema brasileiro de análise, aprovação e registro de novas moléculas, tramita na Câmara dos Deputados um novo marco regulatório desses produtos, o Relatório Substitutivo do Projeto de Lei (PL) n° 6.299/02, que recebeu por parte de críticos ambientalistas o nome de "Pacote do Veneno" ou "Lei dos Agrotóxicos". Por outro lado, produtores rurais, pesquisadores, professores e engenheiros agrônomos defendem a modernização da Lei nº 7.802/89 por meio da aprovação desse novo PL.

Em essência, os críticos às mudanças alegam que o novo PL retiraria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), respectivamente os órgãos responsáveis pela avaliação ambiental e pela avaliação da saúde humana, o poder de avaliar e restringir a aprovação de novas moléculas químicas, dando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o poder soberano.

IMPACTO DA PERDA DE 5% A 10% NA PRODUTIVIDADE DE CULTURAS AGRÍCOLAS BRASILEIRAS

IMPACTOS	Unidade	Redução da produtividade	
		-5%	-10%
Produção	Mil toneladas	-46,0	-91,9
Valor Bruto da Produção (VBP)	R$ bilhões	-12,8	-25,6
Margem do produtor	R$/hectare	-198	-387
Exportação	Mil toneladas	-21,3	-40,3
Exportação	US$ milhões	-8,5	-15,4
Valor adicionado	R$ bilhões	-20,8	-41,5
Renda do País	R$ bilhões	-12,6	-25,1
Emprego	Mil postos	-760	-1.519
PIB agropecuário	R$ bilhões	-12,8	-25,6
Arrecadação federal	R$ bilhões	-3,5	-7,0
ICMS	R$ bilhões	-1,73	-3,46

Fonte: IBGE; Conab; MB Agro

Tal argumento não é verdadeiro. A proposta de mudança contida no PL tem que ver com uma mudança na coordenação do processo entre os três órgãos envolvidos na aprovação. Trata-se de solucionar um problema de organização do andamento dos processos, no intuito de promover a agilidade no estudo, na avaliação e na aprovação dos novos registros. Ocorre que tem demorado, em média, oito anos para a aprovação de uma nova molécula no Brasil. Há casos de onze anos de espera. Em outros países, esses processos levam entre um e dois anos. A morosidade do processo leva a menor velocidade de incorporação de novas tecnologias e perda de competitividade relativa da agricultura brasileira.

Boa parte do problema do tempo de espera é que os estudos para avaliação das moléculas são feitos pelo MAPA, pelo Ibama e pela Anvisa sem uma coordenação do andamento entre as três entidades. A ideia do novo PL é dar ao MAPA o papel de coordenar o andamento nos três órgãos de governo, com metas temporais para estudo, avaliação e recomendação. Portanto, o papel do MAPA seria de coordenador, e não se retirariam os poderes do Ibama nem da Anvisa de negar ou aprovar o registro de uma nova molécula.

Diversos produtos que se encontram, hoje, na fila para aprovação já passaram pelos órgãos regulatórios em outros países que contam com sistemas rigorosos de avaliação. A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) realizou um levantamento comparando os produtos registrados no Brasil e os registrados nos EUA, na Europa, no Japão, no Canadá, na Austrália e na Argentina. Dos 36 defensivos atualmente em análise para a obtenção de registro no Brasil, 28 já têm registro em pelo menos um daqueles países. Esses produtos novos tendem a ser mais eficientes, e a demora em sua aprovação provoca perdas aos produtores.

IMPACTO ECONÔMICO DO ATRASO NA APROVAÇÃO

Fazendo uso de duas estratégias de modelagem, a MB Agro estimou o potencial de perdas econômicas e sociais que se dão com o atraso na adoção de defensivos mais modernos. A primeira classe de modelo utilizada foi o cálculo de multiplicadores a partir da metodologia da matriz insumo-produto brasileira. Foram calculados três tipos de multiplicadores: Valor Bruto da Produção (VBP); renda de salário e remuneração de terceiros; e empregos. A segunda estratégia de modelagem foi a estimativa econométrica da elasticidade da arrecadação de tributos federais com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional. O trabalho calculou a relação da produção de soja, milho, cana, café, arroz e algodão com o PIB agropecuário e deste com o PIB nacional. Os resultados atestam a importância do desenvolvimento tecnológico nas lavouras no Brasil.

Segundo os resultados das simulações, perdas relativamente pequenas de produtividade nas principais culturas do agronegócio brasileiro, da ordem de 5% a 10%, levariam a prejuízos enormes para o setor e a economia nacional, como pode ser verificado na tabela. A metodologia econômica adotada permite raciocinar de maneira simétrica ao considerar ganhos de produtividade em vez de dano evitado. Ou seja, caso houvesse um aumento de 5% ou 10% na produtividade decorrente da incorporação de novas tecnologias, haveria um saldo positivo na produção, na renda, na margem do produtor, nos PIBs agropecuário e nacional, no emprego e na arrecadação, invertendo os sinais negativos que constam na tabela.

Há, portanto, um ganho significativo para a sociedade na incorporação de novas tecnologias. O PL n° 6.299/02 é um passo relevante para acelerar a incorporação tecnológica na agricultura brasileira. O bem-estar social envolvido nessas novas tecnologias é grande demais. Não dá para esperar quase uma década para aprovar uma nova tecnologia! ■

HORTIFRÚTI

DESAFIOS PARA REDUZIR O DESPERDÍCIO

LUCIANA MARQUES VIEIRA
FGV-EAESP
GUSTAVO PORPINO DE ARAÚJO
Embrapa-DF
ÍCARO CÉLIO SANTOS DE CARVALHO
FGV-EAESP

O BRASIL venceu o desafio de se tornar um gigante na produção e na exportação de alimentos, graças à adoção de tecnologias agropecuárias e ao espírito empreendedor dos produtores rurais. A abundância, no entanto, também está acompanhada de elevadas perdas e desperdício. Além disso, quase um em cada quatro brasileiros ainda enfrenta algum nível de insegurança alimentar*.

Os produtores de hortifrúti fazem parte de um grupo heterogêneo e frágil comparado aos outros agentes da cadeia agroalimentar, tais como as indústrias ou as redes varejistas. A redução das perdas ou do desperdício na produção de hortifrutigranjeiros pode elevar a renda do produtor e mantê-lo na atividade rural, além da possibilidade de impactar positivamente o aumento do consumo. Apenas 40% dos brasileiros consomem frutas e hortaliças diariamente, sendo que os que consomem os 400 g diários recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) estão concentrados nas classes A e B.

A redução do desperdício traz uma série de benefícios sociais, como o aumento da renda de pequenos produtores, a diminuição da fome e o consequente avanço da segurança alimentar da sociedade. Para compreender como minimizar as perdas e o desperdício de alimentos na produção agrícola e maximizar benefícios sociais, uma pesquisa recente do Centro de Excelência em Logística e Supply Chain (FVGcelog), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP), coletou dados em cooperativas/associações e entre produtores de alface, couve-flor e repolho em Mogi das Cruzes e Ibiúna, região conhecida como cinturão verde da cidade de São Paulo. Os resultados evidenciam as diferenças dos fatores que levam às perdas e ao desperdício entre os pequenos e os grandes produtores.

Os pequenos produtores produzem em uma área de, no máximo, 16 hectares e utilizam pouco maquinário. Embora os canais de comercialização sejam variados, incluindo as feiras locais e o fornecimento para programas governamentais, a dificuldade em levar os produtos até o mercado consumidor é apontada como a principal causa de perdas. As observações realizadas evidenciam, também, as perdas derivadas dos tratos pós-colheita, tais como manuseio, transporte e armazenamento inadequados, como fica evidente na declaração de um pequeno produtor de Ibiúna: "às vezes, não vale nem a pena colher, pois não tem quem compre; aí, deixamos na terra mesmo, e vira adubo".

Quando questionados sobre as perdas, os pequenos produtores as consideram um risco inerente à produção e, portanto, fora de controle. As perdas no plantio em função do uso de mudas de baixa qualidade ou baixo rendimento não são vistas como perdas. Os fatores climáticos são relatados pelos pequenos produtores como causas recorrentes de perdas, mas a análise dos dados aponta, principalmente, para a carência de competências organizacionais.

Já os grandes produtores focam em produtos de maior valor agregado, tais como hortaliças higienizadas e prontas para consumo, e abastecem,

principalmente, as grandes redes varejistas. Neste segmento de produtores, são encontradas as *packing houses*, nas quais os produtos são higienizados e embalados. As perdas ocorrem, majoritariamente, em função dos padrões estéticos exigidos pelos varejistas ou do próprio processo de higienização de adequação às embalagens, no qual é descartada parte das hortaliças e das folhosas. Nos grandes produtores, as principais fontes de perdas encontradas foram o clima, o transporte e o processo de embalagem.

Algumas iniciativas digitais buscam comercializar frutas "feias" por preço inferior ao varejo tradicional, tendo estas maior aceitação nas classes A e B. Outras iniciativas digitais exploram vertentes como a entrega domiciliar, o consumo de alimentos da estação, o consumo de produtos locais, entre outras.

O pequeno produtor carece de competências organizacionais, mas o sistema de cooperativismo facilita o acesso aos canais de distribuição (feiras, vendas diretas etc.). Este tipo de produtor ainda não está sensibilizado em relação às perdas com sazonalidade, manuseio e transporte e, portanto, não atribui a si as consequências inerentes às suas atividades. Capacitação sobre gestão da propriedade e comercialização pode ajudá-los a prevenir as perdas e colocar seus produtos junto a parceiros em canais que não demandem seu afastamento da unidade produtiva. Já os produtos descartados por outras questões que não sejam o seu valor nutricional podem ser direcionados aos Bancos de Alimentos, que utilizam produtos após o descarte pelo produtor ou pelo varejista.

Enquanto isso, o grande produtor pode fazer alianças para a venda dos produtos que seriam descartados por meio de aplicativos ou se inserir nas iniciativas que o varejo vem colocando em prática de vender hortifrutigranjeiros com aparência imperfeita/única em gôndolas com valor mais baixo.

O agronegócio brasileiro, que merecidamente orgulha-se de ser provedor de alimentos para o mundo, precisa aproveitar as oportunidades de engajar diferentes elos da cadeia agroalimentar no combate às perdas e ao desperdício de alimentos. A redução do desperdício é uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS/ONU) e pode ser vantajosa para produtores, indústria de alimentos, varejistas e consumidores.

Para exemplificar as evidências observadas entre os pequenos e os grandes produtores, tem-se uma matriz sumarizando as principais motivações apontadas no campo para cada um dos perfis apresentados, bem como possíveis atividades e parcerias que podem reduzir as perdas e o desperdício de alimentos e colaborar para uma cadeia agroalimentar mais organizada. ■

*** Cf. Relatório de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2013). Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=10377**

PRINCIPAIS MOTIVOS DE PERDAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

	Pequeno porte	Grande porte
Principais motivos	• Clima; • Competências organizacionais; • Transporte; • Padrões estéticos e exigências do mercado.	• Padrões estéticos e exigências do mercado; • Processo de higienização; • Processo de embalagem; • Clima; • Transporte.
Possíveis soluções	• Diversificação da produção; • Planejamento; • Organização (cooperativas); • Iniciativas digitais.	• Bancos de Alimentos; • Iniciativas com o varejo para produtos "feios"; • Criação de novos mercados.

Fonte: elaboração pelos autores com base nas entrevistas

BIODEFENSIVOS

MERCADO E PERCEPÇÃO DO PRODUTOR BRASILEIRO

AMÁLIA PIAZENTIM BORSARI
Diretora executiva da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio)

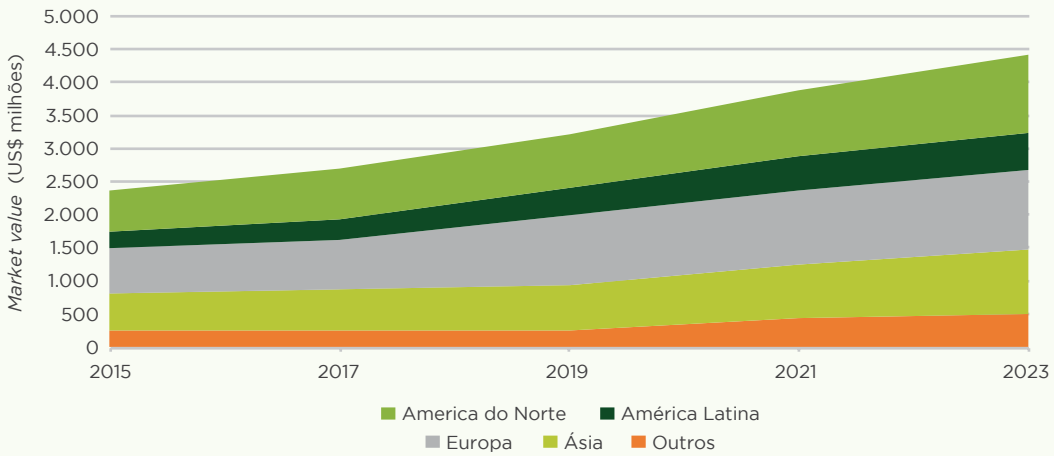
MARCELO CLAUDINO
Diretor de Inteligência de Negócios do grupo Informa (IEG | FNP – Agribusiness intelligence | Informa)

Em 2016, o mercado global de biodefensivos foi estimado em aproximadamente US$ 2,5 bilhões, com crescimento ano a ano contínuo e forte. A Europa representa a maior fatia da comercialização (30%), seguida por América do Norte e Ásia-Pacífico (27%) e América Latina (13%), segundo dados da Agribusiness Consulting/ Informa (2017).

Essa trajetória ascendente dá-se à medida que os agricultores adquirem um maior conhecimento técnico quanto ao uso de produtos biológicos. Isso decorre de uma maior conscientização quanto à importância das práticas de Manejo Integrado de Pragas e Doenças (MIP e MID), que preveem o uso de produtos biológicos em conjunto a defensivos agrícolas convencionais. Brasil, México, Chile e Argentina são os mercados de maior crescimento na região e emergiram como grandes mercados-alvo para os fornecedores desses produtos.

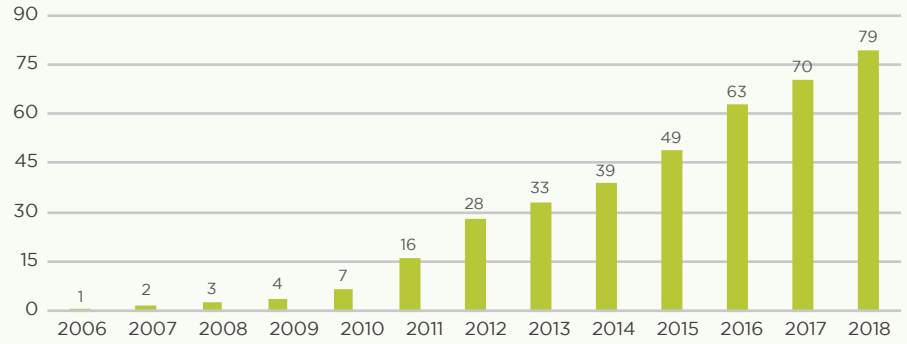
O potencial de crescimento do mercado brasileiro sempre ganha destaque quando se consideram a área agricola e a diversidade de culturas, climas, pragas e doenças. Dados oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018) demonstram que, nos últimos cinco anos, tanto a quantidade de indústrias de biodefensivos como o número de registros de produtos praticamente duplicaram.

A AMÉRICA LATINA DEVE CRESCER EM MAIS DE 40% ATÉ 2021



Fonte: Agrow Agribusiness Consulting/Informa (2017)

NÚMERO DE EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS BIOLÓGICOS



Fonte: MAPA (agosto de 2018)

NÚMERO DE REGISTROS DE BIODEFENSIVOS



Fonte: MAPA (agosto de 2018)

É nítida a adesão cada vez maior do uso de biodefensivos no campo diante de suas vantagens em relação a segurança, eficiência e flexibilidade na aplicação e, entre outras razões, por complementar os demais defensivos no MIP e no MID.

PESQUISA DE MERCADO

A ABCBio, em parceria com a Informa/FNP, realizou, neste ano, uma pesquisa de mercado com o intuito de quantificar o mercado brasileiro de produtos biológicos. Este trabalho buscou, também, levantar informações para conhecer melhor o perfil do usuário e do não usuário destes produtos.

Diante da intensificação na oferta de produtos e serviços para o controle biológico das culturas por parte da indústria, os agricultores se veem cercados e atraídos a testarem as novidades que surgem no mercado. O resultado dessa dinâmica leva a avanços e mudanças no comportamento dos *players* envolvidos com esse negócio, embora a atividade ainda seja vista como uma grande novidade.

De qualquer forma, a indústria, o sistema de distribuição e o produtor já revelam evidências de maior integração. Essa tendência deve crescer à medida que a tecnologia ganhar maturidade como prática cotidiana de uso pelo agricultor. Trata-se, portanto, de um momento interessante para identificar a percepção de cada um desses agentes. O fato certo é que esse mercado apresenta crescimento.

Nessa pesquisa desenvolvida pela Informa/FNP, levantaram-se diversas questões sobre: o perfil dos agricultores usuários e não usuários de produtos biológicos; a sua lembrança e conhecimento de marcas e fabricantes; os hábitos de compra; as formas de uso; os alvos de controle (e satisfação);

TAXA DE ADOÇÃO DO CONTROLE BIOLÓGICO POR CULTURA

Até 20%	Soja e café
De 20,1% a 40%	Cana, feijão, maçã e uva
Acima de 40%	Batata, hortaliças, melão, morango e tomate

as principais fontes de consulta; a opinião e o pensamento relacionados ao tema de produtos biológicos; e as decisões e os desafios futuros.

Além da propensão de uso futuro, a identificação das regiões e das culturas mais sensíveis para a adoção dessas práticas que envolvem produtos biológicos dá sinais da velocidade com que esse processo acontecerá. O despertar de interesse da mídia para essas questões representa outro aspecto interessante a ser observado.

O público-alvo da pesquisa foi o agricultor responsável pela decisão de compra e uso de produtos biológicos ou defensivos agrícolas. As entrevistas foram pessoais e *in loco*, nas propriedades rurais. O escopo do projeto classificou os biodefensivos em duas classes: microbiológicos e macrobiológicos, com segmentação em bioinseticidas, biofungicidas, bionematicidas, predadores e parasitoides.

Essa pesquisa está sendo considerada o maior estudo sobre o mercado de biodefensivos do mundo sob a ótica dos agricultores, pois, dos 1.900 produtores contatados, foram entrevistados 683 agricultores usuários de produtos biológicos, em quinze estados e onze culturas, o que representa 80% do mercado brasileiro, com margem de erro de 3,2% e nível de confiabilidade de 90%.

Considerando os dados coletados pela pesquisa, de acordo com o Comitê Estatístico da ABCBio, extrapolando-se para todas as culturas do Brasil, o valor de mercado de uso de produtos

RIZOTEC

O jeito mais eficaz de controlar os nematoides.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

- Ação ovicida
- Atuação direta sobre as principais espécies de nematoides
- Cepa exclusiva de alta eficiência
- Comprovação científica

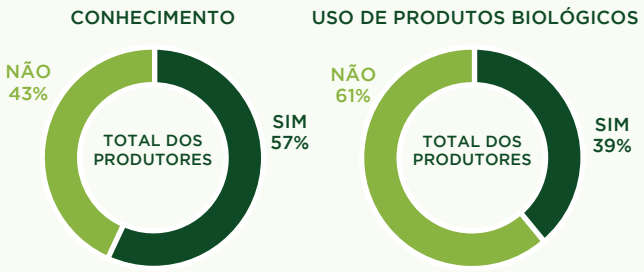
Saiba mais lendo o QR Code ao lado ou acesse:
stoller.com.br/solucoes/rizotec

RIZOTEC - ATENÇÃO
Produto de uso exclusivamente agrícola. O produto é MEDIANAMENTE TÓXICO (CLASSE III), POUCO PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE (CLASSE IV). Consulte sempre um engenheiro agrônomo e siga corretamente as instruções recebidas. Venda sob receituário agronômico. Antes de usar o produto, leia o rótulo, a bula e a receita e faça-o a quem não souber ler. Utilize sempre o EPI (equipamento de proteção individual), aprovado pelo ministério do trabalho e especificado no rótulo e bula do produto. EMERGÊNCIA: Rizoflora Biotecnologia Ltda.: (31) 3892-2581

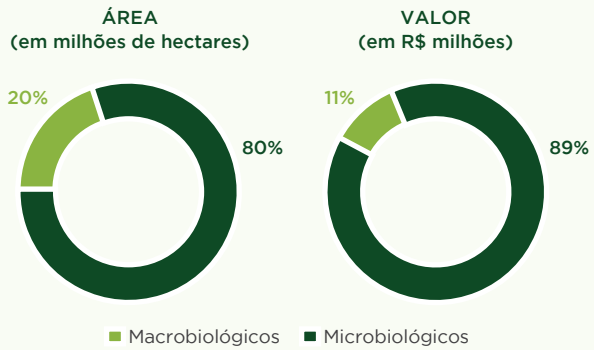
www.stoller.com.br

Stoller

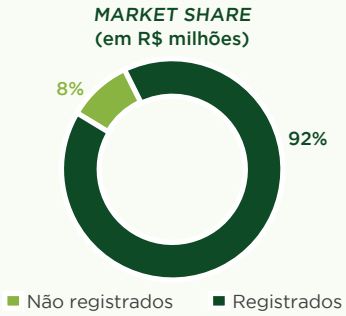
CONHECIMENTO E USO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS



***MARKET SHARE* DOS ATIVOS BIOLÓGICOS**



***MARKET SHARE* DE BIOLÓGICOS COM E SEM REGISTRO**



biológicos nacional foi apurado, em 18 de fevereiro último, em R$ 527,7 milhões. Se tomássemos a cotação do dólar nesse dia em R$ 3,20, teríamos US$ 164,9 milhões.

Em valor, a soja, a cana-de-açúcar e o café correspondem à maior fatia do mercado. Apesar deste destaque, a taxa de adoção para estas culturas não chega a 20% (soja e café) e 40% (cana) nas principais regiões produtoras.

Com relação aos produtos biológicos, 57% dos produtores mostram conhecimento e 43%, desconhecimento sobre o assunto. Quanto a usá-los no controle de pragas e doenças de lavouras, 39% disseram que sim e 61%, que não.

Os biodefensivos estão divididos entre macrobiológicos (insetos parasitoides e ácaros predadores) e microbiológicos (fungos, bactérias, vírus e nematoides). Em área e valor, tem-se a participação, respectivamente, de 20% e 11% nos macrobiológicos e de 80% e 89% nos microbiológicos.

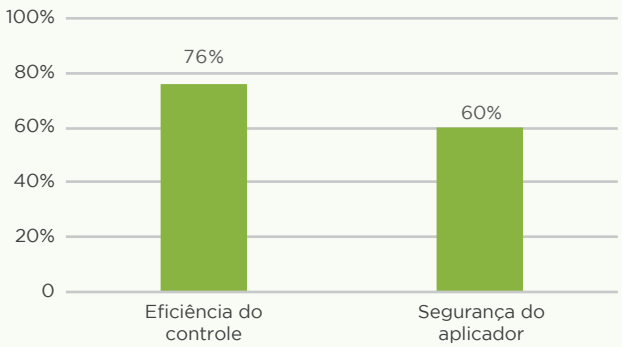
Apesar da constatação do aumento da informalidade no setor, a pesquisa constatou que apenas 8% do *market share* corresponde a produtos não registrados.

Ativos mais utilizados
Os ativos biológicos mais utilizados no Brasil foram: *Bacillus* sp. (diversos), baculovírus, *Beauveria*, *Cotesia*, *Metarhizium*, *Paecilomyces*, *Pochonia*, *Trichoderma* e *Trichogramma*.
Alto nível de satisfação
98% dos produtores que utilizaram produtos biológicos no ano-safra de 2017/18 afirmaram que devem usar os mesmos produtos em 2018/19.

TOMADA DE DECISÃO DE USO

A eficiência do controle e os aspectos relacionados a uma maior segurança dos produtos biológicos foram os fatores indicados pela maioria dos produtores como importantes elementos de decisão de uso destes produtos.

FATORES DE DECISÃO DE USO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS



COMPORTAMENTO E MOTIVOS DE USO

O apoio no pós-venda do produto e a questão de maior segurança ao ambiente e à saúde humana são os aspectos de concordância de mais de 95% dos produtores usuários de um biodefensivo.

Importância dos serviços de pós-venda	100%
Não causador de mal ao aplicador	98%
Não agressão ao meio ambiente	97%
Seguir sempre as recomendações dos fabricantes	96%
Redução do impacto ambiental	95%
Aumento de produtividade	82%
Complementar à eficiência do produto químico	76%



Especializada em Controle Biológico, a Ballagro atua com estrutura própria e tecnologia de ponta no segmento desde 2004. Além das soluções microbiológicas, apresenta em seu portfólio uma linha para Nutrição Vegetal.

ballagro.com.br

BALLAGRO
AGRO TECNOLOGIA

TENDÊNCIA DE USO DOS PRODUTOS BIOLÓGICOS

Os usuários, em grande maioria, acreditam no crescimento do uso de produtos biológicos nos próximos cinco anos. ■







SHUTTERSTOCK

Mercado internacional

Exportação de milho e soja

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

O BRASIL deve produzir um volume recorde de soja e milho, correspondente a 200,6 milhões de toneladas, na safra 2017/18. Isso equivale a 87,9% da colheita total de 228,3 milhões de toneladas, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de setembro último.

As conjunturas dessas duas culturas tomaram caminhos diferentes após a greve dos caminhoneiros registrada em maio deste ano. No momento em que isso se desencadeou, toda a produção de soja já estava desenvolvida e em fase final de colheita, pronta para que fossem feitos o transporte e a exportação.

No entanto, o setor exportador foi surpreendido pela Resolução nº 5.820 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de 30 de maio último. Imposta por parte do governo federal, esta medida estabeleceu uma tabela de preços mínimos de frete na contratação de fretes rodoviários de carga. Essa decisão onerou em até 150% os custos de transporte de soja.

Imediatamente, implodiu o impasse entre os exportadores. A questão estava em como performar os contratos já precificados com base nos custos logísticos existentes antes da instituição da tabela. Isso resultaria em prejuízos monumentais a ser absorvidos por qualquer *trading* caso aplicado a todos os compromissos a ser cumpridos.

Restou ao setor recorrer ao Judiciário, que, no momento, discute sobre a inconstitucionalidade

do tabelamento de fretes rodoviários no âmbito da Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto as discussões jurídicas acerca da lei e das medidas tomadas no âmbito da ANTT na criação da tabela de fretes se arrastavam, as exportações de soja seguiram impulsionadas em forte ritmo.

Dois fatores contribuíram para esse processo: a excelente safra nacional e o aumento do apetite chinês pelo nosso produto decorrente da sua guerra comercial com os Estados Unidos. A decisão dos exportadores brasileiros em atender os pedidos da China, em detrimento ao cumprimento da tabela de fretes, até que seja apresentada a decisão por parte do STF, criou, junto às *tradings*, um enorme risco. Um passivo gigantesco foi aberto em relação aos valores do transporte utilizado para escoar todo o volume da oleaginosa embarcada pelo Brasil após o advento do tabelamento.

CENÁRIO PARA O MILHO

Quanto à exportação de milho, a conjuntura é muito mais preocupante. Os baixos preços do milho no segundo semestre são costumeiramente um fator dificultador para a precificação e a comercialização da sua segunda safra. Neste ano, somou-se a este fator a ocorrência do aumento dos custos de transporte com o tabelamento de fretes.

No caso comparativo do preço, o milho possui valor inferior ao da soja. Isso significa que, para percorrer uma mesma distância, com uma carga de mesmo peso, o primeiro fica mais caro do que o segundo. O impacto da tabela de fretes é mais intenso no milho, que teve, na sua segunda safra, a comercialização praticamente paralisada.

SHUTTERSTOCK



As exportações de milho ficaram restritas a rotas menos dependentes do transporte rodoviário e com produtos oriundos de regiões de produção mais próximas a pontos de transbordo para outros modais. Esses são os casos do Porto de Miritituba – que faz a conexão aos Portos de Santarém e Barcarena por meio do modal hidroviário – e o acesso ao Porto de Santos – por meio da malha ferroviária no estado de São Paulo e das regiões mais ao sul dos estados de Mato Grosso e Goiás.

Mesmo com uma colheita de milho na safra 2017/18 inferior quando comparada à da safra 2016/17, traçávamos, em janeiro, uma estimativa de exportação da ordem de 33,0 milhões de toneladas para este ano. Agora, tendo em vista o impacto do tabelamento de fretes e a queda registrada nas exportações, aguardamos um declínio na projeção esperada (25,5 milhões de toneladas) entre 20% e 25% em relação ao desempenho de 2017.

EM CURSO, A SAFRA 2018/19

Os olhos seguem voltados para a safra 2018/19, em pleno curso. Representantes do setor produtivo já manifestaram grande apreensão quanto ao atraso no recebimento de fertilizantes para o plantio da safra de soja que se iniciou em setembro. Muitos já consideram bem pouco provável a esperada expansão de área. Havendo a persistência dessa situação, sem solução urgente, grande parte das lavouras poderá receber menos tecnologia na aplicação de fertilizantes. As dúvidas com relação à produtividade da safra 2017/18 de soja certamente apareceram.

A evolução da comercialização da safra constitui outro fator que merece consideração. Mais de 30% dela deveria estar em estágio mais avançado. No entanto, os números estão próximos de metade disso. Os motivos decorrem das dificuldades dos compradores de precificar, com insegurança e imprevisibilidade, os custos de frete que deverão estar em vigência no ano que vem.

É uma pena tremenda que o Brasil, nesse momento de oportunidade para ganhar mais espaço com a *trade war EUA versus CHN*, seja capaz de dar um "tiro no próprio pé". O tabelamento de fretes impõe aos exportadores e, principalmente, ao produtor rural o custo de subsidiar um único setor responsável por alimentar a si próprio ao longo dos últimos anos. Agora, isso faz o País refém da sua incapacidade de gerenciar o próprio negócio.

EXPORTAÇÃO DE GRÃOS: MILHO E SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)

PRODUTO	2014	2015	2016	2017	2018*
Milho	20.960	30.745	17.449	29.382	25.500
Soja	44.978	53.061	50.531	68.334	76.000
TOTAL	**65.938**	**83.806**	**67.980**	**97.716**	**101.500**

* Previsão
Fonte: ANEC

O encarecimento do frete complicará, também, o plantio das lavouras de verão da safra 2018/19. O custo de insumos, como fertilizantes, defensivos e sementes, virá com aumento. A insegurança jurídica paira sobre os produtores agrícolas, os empresários industriais e os exportadores em geral.

CRONOLOGIA DO TABELAMENTO DE FRETES

21 a 31 de maio

Dá-se a greve dos caminhoneiros contra os reajustes nos preços dos combustíveis (principalmente o óleo diesel) realizados pela Petrobras, com a cobrança de pedágio por eixo suspenso e a taxação do PIS/COFINS sobre o diesel (a tributação representa 45% do preço final, sendo 16% referentes ao PIS/COFINS).

27 de maio

A Medida Provisória (MP) n° 832 cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, mediante tabela elaborada pela ANTT.

30 de maio

A ANTT publica, no Diário Oficial da União (DOU), a Resolução nº 5.820, com a tabela de preços mínimos instituída pela MP nº 832.

7 de junho

A ANTT divulga a nova tabela com os preços mínimos dos fretes.

12 de junho

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocola no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra o tabelamento de preços mínimos dos fretes rodoviários.

14 de junho

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) obtém uma liminar em ação movida contra a União e a ANTT por meio da qual os seus associados ficam desobrigados de observar os atos normativos referentes à tabela de preços mínimos dos fretes.

20 de junho

O ministro Luiz Fux, do STF, aceita pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender a tramitação de todas as ações na Justiça Federal que questionam a MP nº 832.

A primeira audiência realizada pelo ministro Luiz Fux com lideranças dos caminhoneiros e representantes do setor produtivo sobre o tabelamento de preços mínimos dos fretes termina sem acordo.

28 de junho

A segunda audiência realizada pelo ministro Luiz Fux também termina sem acordo.

8 de agosto

O presidente Michel Temer sanciona a Lei nº 13.703, que estabelece a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

24 de agosto

É publicada, no DOU, a Lei nº 13.711, que estabelece para os veículos de transporte de cargas vazios isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos.

Relator de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra o tabelamento de fretes, o ministro Luiz Fux realiza uma audiência pública para discutir o assunto.

28 de agosto

O ministro Fux suspende as decisões judiciais contra o tabelamento de fretes. ■

Inclua **Microgeo®** no seu manejo e tenha um aliado para:

Reestruturação do solo



microgeo.com.br | 4003.5122

MICROGEO®
ADUBAÇÃO BIOLÓGICA

MICROGEO®
ADUBAÇÃO BIOLÓGICA

BENEFÍCIOS DA ADUBAÇÃO BIOLÓGICA NA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A EMPRESA MICROGEO® marcou presença na segunda edição do InovaCana, com a palestra "Comparação do desempenho ambiental da cana-de-açúcar com e sem Adubo Biológico MICROGEO®". O trabalho mostrou como as usinas, os produtores e os fornecedores de cana-de-açúcar podem se antecipar quanto às novas exigências com a chegada do programa RenovaBio.

Ao condicionar as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, a adubação biológica contribui com a agregação deste. Isso aumenta a infiltração e a retenção de água. O resultado potencializa a eficiência dos fertilizantes, dos defensivos e dos herbicidas. Todos esses benefícios puderam ser verificados na apresentação feita por Michelle Tereza Scachetti, analista de Sustentabilidade Aplicada da Fundação Espaço ECO®.

Segundo Antônio Marcos Corder, da área de Desenvolvimento de Mercado e Novos Negócios da MICROGEO®, o RenovaBio visa reconhecer o papel estratégico de todos os tipos de biocombustíveis na matriz energética brasileira. "Podemos contribuir muito nesse sentido, com a adoção de um processo produtivo mais eficiente e sustentável para reduzir as emissões de carbono", diz.

O cultivo de cana-de-açúcar com o Adubo Biológico MICROGEO® teve uma redução de 40% no seu impacto ambiental. Este cálculo considera fatores como consumo de água, formação fotoquímica de ozônio, depleção da camada de ozônio, eutrofização de água doce, toxidade, uso da terra, entre outros.

Para uma usina média, com processamento anual de 4,5 milhões de toneladas de cana em 50.000 hectares, o Adubo Biológico MICROGEO®, em comparação à adubação mineral, reduz em:

- 56 milhões de quilos a emissão de CO_2 na atmosfera; e
- 30,2 milhões de litros o consumo de água, o equivalente à conversão de 865 mil litros de etanol.

Se toda a cana cultivada no território brasileiro utilizasse o pacote tecnológico com Adubo Biológico MICROGEO®, seriam "economizados" 2 milhões de hectares de terra, o correspondente ao quíntuplo da área de cana da Austrália.

Enfim, o plantio de cana-de-açúcar alinhado ao uso do MICROGEO®, além de apresentar ganhos ambientais, aponta benefícios de produtividade e longevidade do canavial, com aporte mais eficiente de insumos. ■

COMO FUNCIONA O MICROGEO®?

O MICROGEO® é o adubo biológico que restabelece o microbioma do solo – o conjunto de microrganismos que vivem e interagem em um ambiente. Esse insumo é produzido na própria propriedade rural, com suporte técnico da empresa. Com alta biodiversidade de microrganismos exclusivos e adaptados ao local de uso, o produto possui, também, nutrientes favoráveis à atividade do microbioma nativo do solo, como os fungos micorrízicos.

Como os microrganismos, os nutrientes e os metabólitos do Adubo Biológico MICROGEO® são exclusivos da localidade, ao restabelecer a biodiversidade microbiana do solo e estimular o seu microbioma, promovem benefícios atuando no condicionamento das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo seja para a agricultura, a pecuária ou o reflorestamento.

A aplicação do produto pode ser feita via pulverização ou fertirrigação, em qualquer temperatura, luminosidade e umidade, em conjunto com defensivos químicos, biológicos, insumos foliares, herbicidas e vinhaça.

ELEIÇÕES À VISTA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



ESTAMOS EM pleno processo eleitoral. Em outubro, serão eleitos os membros das Assembleias Legislativas, da Câmara Federal e do Senado, os governadores e o presidente da República. O calendário eleitoral de 2018 é curto: o primeiro turno será em 7/10 e o segundo, em 28/10, com um intervalo de três semanas.

A campanha presidencial começou morna, mas se intensificará com a proximidade do pleito. O atentado ao candidato do PSL, Jair Bolsonaro, modificou o tom das campanhas e contribuiu para o acirramento dos ânimos dos eleitores.

O processo eleitoral deveria constituir-se em uma via para a construção de uma coalizão nacional em prol do reerguimento da nação, com a implementação das reformas que o Estado brasileiro tanto necessita, mas tem contribuído para distanciar as propostas dos candidatos do que realmente é fundamental para o futuro do Brasil.

Os sinais emitidos nas pesquisas de intenção de voto e as reações nas redes sociais dão conta de um alargamento do espectro político, de uma maior polarização entre esquerda e direita, com um simbólico esvaziamento do centro. Esse cenário nutre os extremos, o "nós contra eles", e aumenta o risco de radicalização e desestabilização políticas.

É preciso jogar luz sobre os debates e as campanhas, fomentando a discussão de propostas construtivas para as grandes questões nacionais. É lamentável observar que muitas plataformas eleitorais negam a existência de problemas cristalinos do Estado e apoiam-se em projetos populistas que agravarão o nosso desequilíbrio fiscal.

As reformas previdenciária, tributária e política, o equilíbrio fiscal e a redefinição do papel e do tamanho do Estado são condições essenciais para superar a crise institucional, política e econômica que vem assolando o Brasil nos últimos anos. Por essa razão, independentemente do resultado das eleições, as forças políticas devem buscar convergência em torno de uma agenda positiva em prol do Brasil e dos brasileiros.

Não podemos negar os problemas estruturais e permitir improvisações, sob a pena de enfrentarmos uma crise maior num futuro próximo. O tempo é de pragmatismo, e as disputas políticas precisam ceder espaço às avaliações técnicas e aos remédios amargos necessários.

A interferência excessiva do Estado na economia gerou distorções amplamente conhecidas. Defendemos uma guinada na direção da livre-iniciativa e de uma maior liberdade econômica, o que implica uma adequação funcional do Estado para viabilizar maior participação e mais investimentos do setor privado.

Sob a perspectiva do agronegócio, os entraves atuais são praticamente os mesmos de 2014 – quando apresentamos aos candidatos um conjunto de propostas no livro "Rumo ao Futuro do Campo" –, contudo agravados pela deterioração do quadro macroeconômico que paralisou os investimentos público e privado.

É fundamental fortalecer o ambiente institucional para reduzir a burocracia, facilitar o acesso ao crédito, priorizar o seguro rural e instrumentos de garantia de renda no âmbito da política agrícola, além de incentivar os acordos comerciais. Com estas diretrizes, a atuação do Executivo poderá ater-se com eficácia às suas atividades essenciais: defesa agropecuária, segurança pública, educação e assistência técnica e regulação dos mercados. É o momento de retirar as amarras do Brasil e de recolocá-lo nos trilhos do desenvolvimento! ■

CIÊNCIA NA AGRICULTURA

A SEGURANÇA QUE OS AVANÇOS CIENTÍFICOS TRAZEM PARA A AGRICULTURA

ANDREIA FERRAZ

Engenheira agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e gerente de Ciência Regulatória da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

ATUALMENTE, MUITO se fala sobre os pesticidas, o impacto destes produtos na produção agrícola brasileira e a expectativa do mercado por opções mais eficazes. Mas, o que pouco se aborda é exatamente a Ciência por trás de um novo produto fitossanitário e todo o complexo e minucioso processo que resulta em opções mais modernas e seguras.

A cadeia de produção de um novo defensivo é composta de três etapas: a pesquisa de moléculas; os testes de desenvolvimento do produto em si; e os procedimentos de avaliação para a obtenção do registro. Durante a fase de pesquisa, aproximadamente 160 mil moléculas são sintetizadas, em busca de ingredientes com potencial para serem usados em novos produtos, cada vez menos tóxicos e mais específicos para determinadas pragas e para atender diferentes culturas agrícolas. Depois da triagem, esses compostos passam por inúmeros testes preliminares, que envolvem análises ecotoxicológicas, alertas de modo de ação e estudos virtuais e *in vitro*, para garantir a eficácia biológica e a segurança do material. Após toda essa análise, entre 200 e 300 moléculas – menos de 0,2% das originais – são selecionadas para o estágio seguinte.

Na fase de desenvolvimento, testes de eficácia biológica são feitos em cerca de cinco moléculas selecionadas. Então, uma variedade de formulações é desenvolvida e submetida a estudos toxicológicos experimentais e ensaios sobre o destino no ambiente. A partir desse momento, são avaliados os potenciais genotóxico, cancerígeno, imunotóxico e neurotóxico e, também, efeitos sobre os sistemas endócrino e reprodutivo. Como se pode ver, há um grande avanço não só no desenvolvimento de produtos com melhor perfil e nas formas de uso destes produtos, mas, principalmente, na Ciência aplicada aos procedimentos que dão suporte às avaliações, como modelos matemáticos que trazem análises de riscos ocupacional, dietético e ambiental.

Por fim, na fase de registro, uma molécula é selecionada, e sobre ela é entregue um dossiê para os órgãos reguladores responsáveis – o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – contendo todos os estudos de eficácia e segurança realizados, para que os órgãos possam analisar os dados e decidir se concedem ou não o registro.

Em resumo, todo esse processo – que costuma levar de dezessete a vinte anos e tem um custo médio de US$ 286 milhões considerando-se desde o início das pesquisas até a sua comercialização – está respaldado em uma enorme evolução científica e comprometido com o desenvolvimento de produtos com um melhor perfil toxicológico e baseados em processos que nunca foram tão precisos.

Para que os investimentos sigam sendo feitos nessa área, é essencial que haja previsibilidade no processo regulatório. Hoje, no Brasil, leva-se, em média, oito anos, enquanto outros países de agricultura relevante aprovam novas tecnologias em 2,5 anos em média. Esse cenário precisa mudar o mais rápido possível, para o bem da agricultura brasileira. ■

DIÁRIO DE BORDO

LIMITES DOS PODERES

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

NO ÚLTIMO 3 de agosto, uma juíza federal substituta da Sétima Vara do Distrito Federal determinou que a União não deveria conceder novos registros de produtos que contenham glifosato como princípio ativo e que, em trinta dias a partir daquela data, o Ministério da Agricultura deveria publicar portaria suspendendo os registros já concedidos.

A consequência prática dessa decisão seria um enorme problema para o cultivo de soja, cujo plantio começaria na segunda quinzena de setembro: 90% dos 33 milhões de hectares plantados com essa importante leguminosa são tratados com glifosato, um dos herbicidas mais usados no mundo há mais de quarenta anos e em mais de 160 países. A proibição do seu uso teria impacto pesado sobre o aumento do custo de produção da leguminosa, inviabilizando a rentabilidade da safra deste ano.



A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou na Justiça contra a decisão da juíza substituta, alegando que a suspensão do uso do glifosato poderia causar uma "grave lesão à ordem administrativa e à ordem econômica", impactando negativamente a economia rural nacional.

O desembargador Kassio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), atendeu o pedido da AGU e derrubou a decisão da juíza, liberando, assim, o uso do glifosato no plantio, que, agora, já está em pleno andamento. Ele entendeu que "nada justifica a suspensão dos registros que contenham como ingrediente ativo a abamectina, glifosato". Considerou que tirar do mercado de maneira "abrupta, sem a análise dos graves impactos que tal medida trará à economia do país e à população em geral" causaria lesão à ordem pública. Acrescentou, ainda, que diversos produtos à base de glifosato "já foram aprovados por todos os órgãos públicos competentes para tanto, com base em estudos que comprovaram não oferecerem eles riscos para a saúde humana e o meio ambiente".

Dessa complicação toda, dois pontos são muito relevantes. O primeiro tem a ver com a decisão da juíza, cinquenta dias antes do plantio da cultura mais importante do agro brasileiro, demonstrando completa falta de conhecimento da realidade. Por outro lado, ela baseou sua decisão numa nota técnica da Fundação Oswaldo Cruz segundo a qual o defensivo poria em risco a saúde dos trabalhadores a ele expostos e, também, no seu entendimento de que há excessiva demora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em fazer a reavaliação de produtos utilizados no campo, o que configura direito "desproporcional" quanto à saúde e ao desenvolvimento sustentável. Ou seja, mesmo se ela estivesse certa na busca da justiça, errou na tempestividade da decisão.

O segundo ponto é bem mais grave e se evidencia por meio da ação interposta pela AGU quando afirma que "não cabe ao Judiciário intervir em questões técnicas acerca do registro e da reavaliação de agrotóxico no país", apontando para o que classifica como "grave violação à ordem administrativa".

Aqui, está a grande questão: é preciso ter muito bem definido o limite dos poderes. No Brasil, parece haver uma superposição deles, criando uma enorme confusão. Por outro lado, é preciso cuidar do todo, isto é, produzir com sustentabilidade. Se não tivermos clareza de até onde vai o limite de cada poder, essas dramáticas questões tenderão a se repetir. ■

PRODUZIR

A INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO NO AGRONEGÓCIO

FRANCISCO DE GODOY BUENO
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e advogado

EM 3 de agosto último, foi proferida decisão nos autos da Ação Civil Pública nº 0021371.49.2014.4.01.3400, em trâmite perante a 7ª Vara da seção judiciária do Distrito Federal. Determinou-se que a União Federal, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), suspenda, no prazo de trinta dias, o registro de todos os produtos que utilizam glifosato, abamectina ou tiram como ingredientes ativos e não conceda novos registros destes produtos até que se concluam procedimentos de reavaliação toxicológica.

Os produtores rurais ficaram em alerta, preocupados com os impactos da proibição do uso desses produtos, tidos como essenciais para a preservação das lavouras brasileiras. Após uma grande articulação do setor e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a decisão foi liminarmente suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

O prejuízo só não foi maior porque a decisão foi proferida no terço final da entressafra, quando a maior parte dos produtores já fez suas compras de insumos. A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu, ainda, a suspensão da liminar com celeridade, antes que a Anvisa desse cumprimento à decisão judicial.

Essa decisão é mais um caso de como a judicialização de temas técnicos, especialmente relativos ao agronegócio, pode ser prejudicial. Certamente, ao proferi-la, o juiz da 7ª Vara desconhecia a importância desses ingredientes ativos para a produção agropecuária e os danos implicados se, no ambiente tropical do País, fosse necessário abdicar do uso de herbicidas, inseticidas e fungicidas de alto espectro produzidos com essas moléculas.

Infelizmente, esse não é um caso isolado. A regularização ambiental das propriedades rurais continua emperrada, mesmo após seis anos da aprovação do Código Florestal. Se a discussão de temas técnicos pode dar azo a discussões filosóficas em abundância, pode, também, impactar a viabilidade da compensação ambiental, mantendo milhares de produtores, pessoas físicas e jurídicas, na ilegalidade. A dificuldade de compreensão da dinâmica dos contratos de prestação de serviços, cessão da terra e parceria e, mais recentemente, da integração vertical soma, também, casos nas fileiras do Judiciário e atrapalha a garantia, pela Justiça, de um ambiente institucional firme e adequado.

Nos meios jurídicos, não faltam ideias para contornar esses absurdos. Dentre as mais recorrentes, está a criação de uma Justiça Agrária ou uma disciplina específica para as relações comerciais do agronegócio. Entretanto, criar um direito de classe, um estatuto jurídico de ocasião ou mesmo mais uma corporação de especialistas não resolverá o problema da insegurança jurídica do agronegócio.

É preciso, antes de tudo, que se reduza a margem para a intervenção judiciária no agronegócio e que o poder Judiciário e os seus órgãos auxiliares admitam as suas limitações institucionais e deixem ao Legislativo e ao Executivo a promoção e a regulação das políticas públicas. A dinâmica do Judiciário deveria retornar à sua essência, com a aplicação dos preceitos jurídicos de forma equânime, sem juízo de conveniência, sobretudo em matéria técnica para a qual operadores do Direito não se capacitaram. ■



OPINIÃO

CIDADANIA RURAL COLOCARÁ PROPRIEDADES "NO MAPA"

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

PROMOVER A cidadania no campo e resolver dificuldades para a prestação de serviços públicos emergenciais, como, por exemplo, de saúde e segurança, a quem mora na área rural são desafios que vêm sendo trabalhados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) por meio do Programa **Cidadania no Campo**. Considerada um gargalo da agropecuária, a falta de informação quanto à localização das propriedades e à sua malha viária faz com que a logística no campo não acompanhe o desenvolvimento dos negócios. Além disso, a vida social dos moradores e dos proprietários de sítios, chácaras e fazendas é dificultada por falta de endereço, mapas e aplicativos de rotas.

Esses problemas são, também, fonte de problemas para o poder público e, pior, para o cidadão. Pode não parecer, mas as questões são profundas. Como uma ambulância chega a tempo se o motorista não sabe o caminho? Como fornecedores de serviços e produtos das propriedades entregam suas mercadorias se não existe endereço conhecido? Como viver sem um comprovante de endereço?



É por esses e outros motivos que o deputado Arnaldo Jardim, ex-secretário de Agricultura e Abastecimento, assinou a Resolução nº 61, publicada em 6 de dezembro de 2017, criando um Grupo de Trabalho para buscar soluções. A importância da questão foi prontamente reconhecida pela atual gestão estadual, que, além de apoiar, determinou que houvesse agilidade nos estudos, para que o estado possa determinar o "CEP rural" – na verdade, um endereço.

O estado de São Paulo conta com 645 municípios, que têm 345 mil propriedades rurais, das quais 84% são pequenas. A população rural do estado é estimada em 1,7 milhão de pessoas (4,1% do total do estado). Imagine as facilidades de poder programar um aplicativo de localização e chegar às propriedades sem se perder em uma estrada que, muitas vezes, é cheia de encruzilhadas que podem levar à desorientação.

Os sistemas de logística exigem o conhecimento das vias para a sua eficácia e para que haja aumento da produtividade. O Cidadania no Campo significará aumento da competitividade empresarial, principalmente para as pequenas propriedades, além de redução de custos e melhoria dos serviços públicos.

No final, a solução é simples: será gerado um endereço para cada propriedade, com o nome das estradas complementado pelo número da distância da porteira ao marco zero. Isso possibilitará confeccionar mapas municipais e distribuí-los para órgãos estaduais, além de compartilhá-los com a iniciativa privada, de forma a melhorar e universalizar os aplicativos de rotas com informações das vias rurais.

Além dos órgãos do estado, esse trabalho hercúleo, fundamental a todos, deve contar com uma forte parceria das Prefeituras para a geração de dados, a inserção destes em programas de georreferenciamento e, finalmente, a geração de mapas.

Não tenho dúvidas – como também não tem dúvida o governo do estado de São Paulo – de que esse será um passo fundamental em direção ao futuro, impactando o agronegócio e, também, a segurança pública. Não é importante somente para o proprietário rural, mas para toda a população que vive nessas áreas. É claro, também, que será um grande benefício para todas as cadeias produtivas, permitindo que as propriedades sejam abastecidas e melhorando o escoamento da produção. ■

REFLEXÃO

AS CIRCUNSTÂNCIAS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Não são as circunstâncias
que decidem a nossa vida...
É, pois, falso dizer que na vida
"decidem as circunstâncias".
Pelo contrário: as circunstâncias são
o dilema, sempre novo,
ante o qual temos de nos decidir.
Mas quem decide é o nosso caráter.

José Ortega y Gasset

HÁ SEMPRE um tempo para tudo em nossas vidas. Cada um com suas experiências, sua força, que o move ou o estanca. Cada um e suas circunstâncias! A adversidade, em circunstâncias favoráveis, permite forças que, em condições negativas, teriam ficado adormecidas. Nesse compasso, escrevo as linhas do momento e as esperanças de quem sempre enfrentou as adversidades, humanas, climáticas ou de um governo descarrilhado há dezenas de anos.

A esquerda brasileira desmoronou, mais por oportunismo do que por ideologia, o que levou o Brasil a um piquenique à beira do abismo. Nessa festa de incompetência e corrupção, afloraram ranços até então depositados no fundo desse barril de tantas cores. A borra subiu, o ambiente foi tomado por desequilíbrios, e os valores essenciais da política foram dispensados.

Nessa carruagem de insensatez, o agronegócio seguiu batendo recordes, e, com isso, a sociedade urbana passou a repensar o seu País e a sua realidade. Em síntese, enfrentar adversidades ou aproveitar as oportunidades é o dia a dia desses agentes do progresso nacional, para quem os riscos de produzir são a mola propulsora, impulsionada pelo verde e amarelo da esperança por dias melhores. E é assim, em momentos de adversidade, que o País sabe com quem contar!

Quais são as bases desse caminhar do Brasil em um momento de perigosa recaída para um populismo global e onde países líderes assumem desvios de conduta, desvalorizando o que se criou positivamente, justamente sob sua liderança, no pós-Segunda Guerra Mundial?

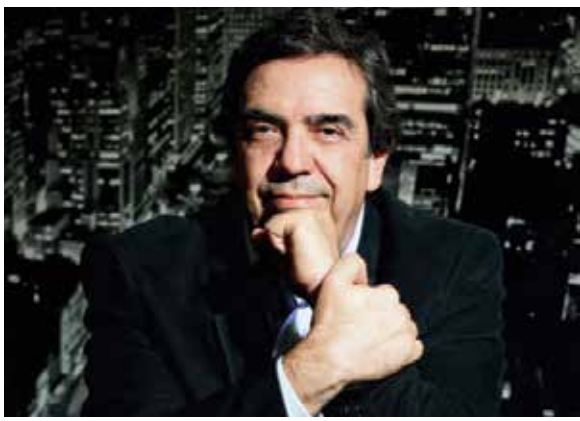
A campanha política mostra, pela esquerda sindicalista, um absoluto desdém sobre a lógica que abalou de forma tão negativa o País. O centro nutre-se do passado e busca caracterizar-se como um agente de mudanças. E a direita explora a fragilidade da economia e a falta de segurança do cidadão, buscando o voto dos desiludidos. Todos falam bem do agro, mas alguns tremulam a voz ao se referirem a ele.

O agro é a raiz das cidades, que são nutridas da sua oferta, independentemente das circunstâncias. Das cidades, surgem as vozes dos interesses internacionais referendadas por entidades inocentes ou não, com críticas que são desmoralizadas pela realidade.

Nas eleições, valorizar as raízes do País será o diferencial. Numa nação onde o interesse público confundiu-se com o privado, cada um, olhando as raízes enfraquecidas por ideologias estranhas, votará para seus netos, na reconstrução da Ordem e do Progresso.

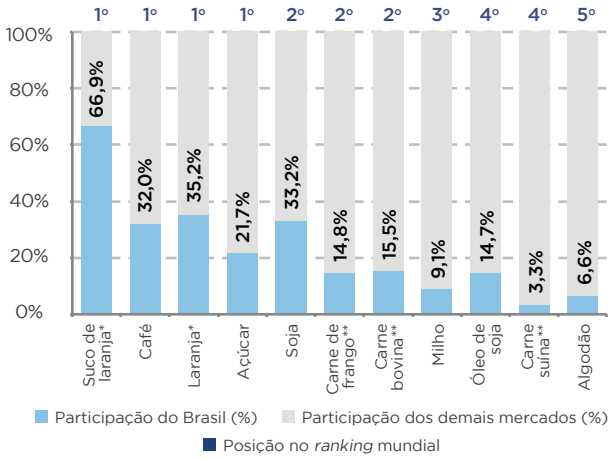
Onde estavam alguns dos candidatos quando o governo de plantão resolveu "bolivarizar" o Brasil? Quando aplaudiam Maduro e Fidel? Ou quando criaram Comissões da Verdade com um só lado? Quando não aprovaram a mudança da previdência ou não fizeram uma importante correção do sistema político, mantendo a enorme maioria para a próxima legislatura? Onde estaremos nós, votantes? Esperando Godot*? ■

*"Esperando Godot" é a obra-prima do dramaturgo, romancista e poeta irlandês Samuel Beckett (1906-1989), ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1969. Na narrativa, dois vagabundos aguardam infinitamente a vinda do senhor Godot, que nunca aparece



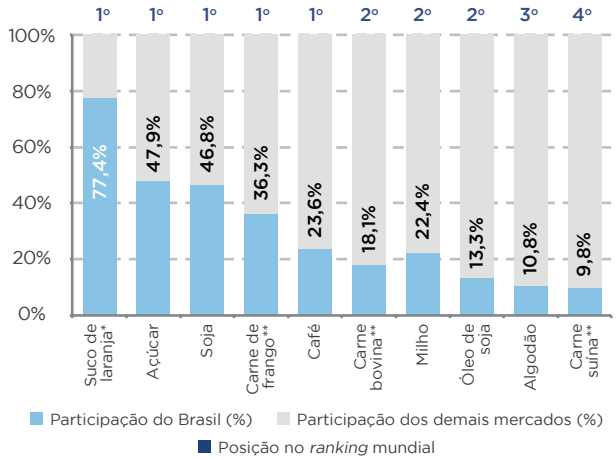
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



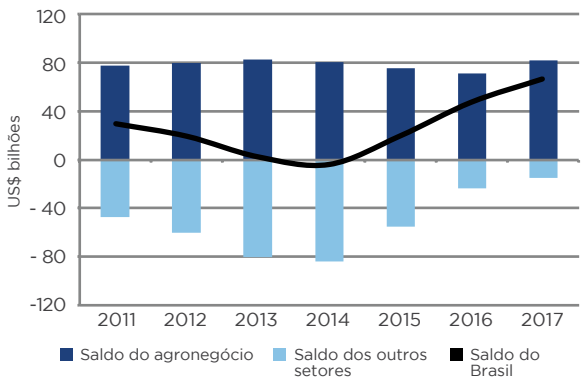
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



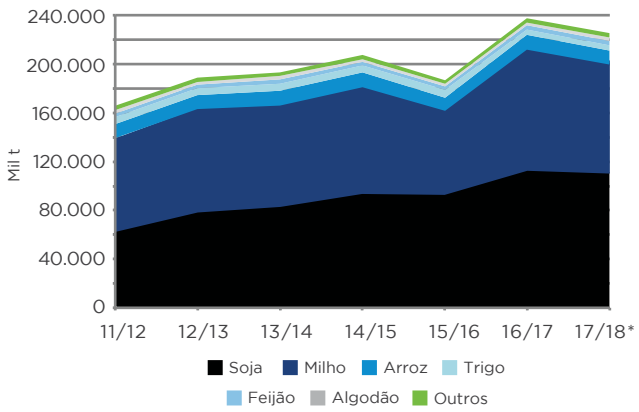
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



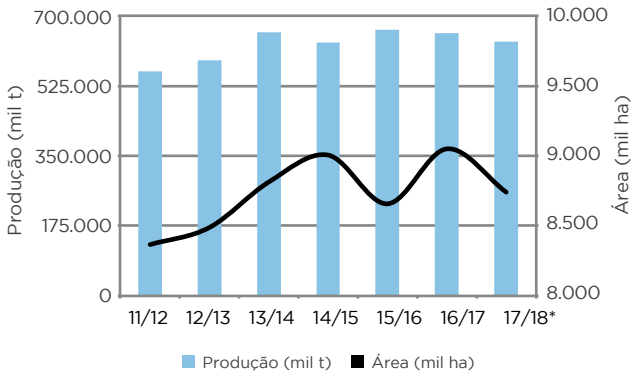
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



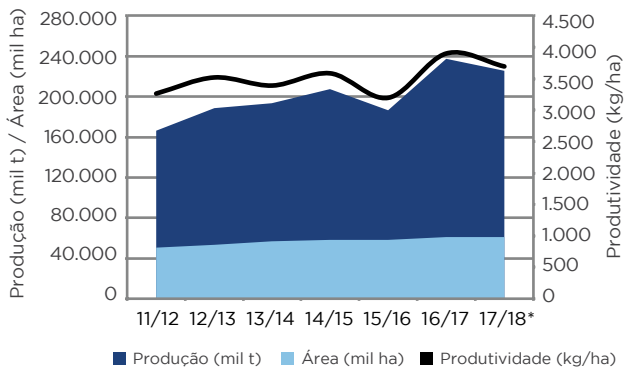
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab